

CONTRAPARTIDA DO PERDÃO A TRIBUTOS E JUROS

# Governo quer metade dos 60 mil milhões kz em litígio com empresas

**FISCO.** O Ministério das Finanças quer garantir pelo menos 30 mil milhões de kwanzas dos 61,9 mil milhões de dívida das empresas ao fisco e que se encontram em litígio na justiça. A estratégia passa por perdoar parte dos tributos, dos juros de multas, com a condição de as empresas desistirem dos processos. Dois destacados empresários reagem com cepticismo. Págs. 4 e 5

FILOMENA OLIVEIRA, EMPRESÁRIA

## “Que sejam tão diligentes a pagar a dívida que têm”

Págs. 5 e 6



ANATOMIA DE UM JULGAMENTO

## Caso 500 milhões: da acusação à sentença

Págs. 12 e 13

GOVERNO E EMPREITEIROS DIVERGEM

## Kwanza fraco ameaça PIIM

**INVESTIMENTOS.** Cerca de um ano após o lançamento do Programa de Intervenção Integrada nos Municípios, o optimismo do Governo contrasta com as dúvidas das empresas contratadas. E as preocupações centram-se na desvalorização cambial, na fiscalização e no “excesso de burocracia” que podem levar à derrapagem dos projectos. Págs. 8 e 9



CARLOS DUARTE, PCA DA ENSA

## “Hoje é muito questionável uma resseguradora”

Pág. 10

**VALOR**  
ECONÓMICO

13 de Julho 2020  
Segunda-feira  
Semanário - Ano 5  
Nº 217  
Director-Geral  
Evaristo Mulaza



### ANTÓNIO DIAS DOS SANTOS 'KIDÁ' Empréstimos bancários encarecem obras de arte

Mostra-se “indignado” com a indiferença das grandes empresas ao desenvolvimento das artes plásticas. E dá como exemplo o facto de ter batido a cerca de 20 portas em busca de patrocínio para materializar a exposição ‘40 Anos de Gravura Artística’, mas sem sucesso. O artista afirma que empréstimos bancários encareceriam as obras e insiste, em entrevista ao VALOR, que a solução está nas mãos do Estado. Págs. 24 e 25

# PIIM: AS RAZÕES DO CEPTICISMO

**É** uma questão de números, de contas. O Governo afirma que os contratos de execução das obras do Programa de Intervenção Integrada nos Municípios (PIIM) não podem ser indexados a qualquer moda estrangeira. E acrescenta que os acordos devem ser analisados de forma individual para serem atendidas necessidades específicas. Por outras palavras, o Governo assume um tratamento discricionário dos empreiteiros conforme, por exemplo, as necessidades que estes apresentem ou não de divisas para a importação de equipamentos e serviços. Mas esta abordagem levanta várias interrogações.

Em primeiríssimo lugar, o Governo faz questão de reiterar, vezes sem conta, que os recursos do PIIM estão disponíveis porque resultam da descapitalização do Fundo Soberano de Angola em dois mil milhões de dólares. E toda a gente sabe que os dinheiros do Fundo são em moeda forte. Ora, se o Ministério das Finanças diz que os pagamentos aos empreiteiros não podem ter como referência o dólar, isto significa necessariamente que as empresas perdem e o Governo ganha com a permanente perda do valor do kwanza. Até porque os desembolsos às empresas, como lembram as Finanças, devem ser feitos mediante a

entrega de autos de medição. Ou seja, com um hiato significativo entre o câmbio de referência por altura da assinatura dos contratos e o câmbio do momento de liquidação das facturas. Acresce-se a isso o facto de as salvaguardas determinadas no Decreto Executivo que estabelece o equilíbrio económico-financeiro dos contratos do PIIM darem largos espaços de manobra para as unidades orçamentais agirem com certa dose de arbitrariedade. No fundo, o risco de dois projectos com as mesmas dificuldades merecerem tratamentos diferenciados das unidades orçamentais é mais do que inegável.

Posto isto, é caso para se questionar a razão de o Governo não ter considerado um regime de excepção que permitisse a indexação dos contratos do PIIM ao dólar. Se os projectos foram devidamente orçamentados e estando disponíveis os dois mil milhões de dólares, o Governo tinha de

criar condições para salvaguardar o valor real dos contratos de forma indiscriminada, o que passaria simplesmente por incluir a referência da indexação. Até porque, até prova em contrário, o interesse do próprio Governo é, antes de mais, garantir a execução dos projectos e o consequente sucesso do programa.

Mas há outra razão simplesmente matemática. Se determinados empreiteiros assinaram os contratos com o dólar nos 350 kwanzas e recebem os pagamentos com o dólar perto dos 700 kwanzas e sem as devidas correcções proporcionais, então o orçamento real do PIIM não será mais de dois mil milhões de dólares. Sobrará uma diferença desconhecida nos cofres das Finanças e o Governo terá de dar alguma explicação a propósito. Como se vê, tudo isso seria facilmente evitado com a protecção integral dos contratos. Claro, acreditando que se quer mesmo o PIIM viabilizado.



## FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:** Evaristo Mulaza  
**Directora-Geral Adjunta:** Geralda Embaló

**Editor Executivo:** César Silveira  
**Redacção:** Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo  
**Fotografia:** Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa  
**Secretária de redacção:** Rosa Ngola  
**Paginação:** Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló  
**Colaboradores:** Cândido Mendes, EY e Mário Paiva  
**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda  
**Tiragem:** 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15  
**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:** Geralda Embaló e Evaristo Mulaza  
**Assistente da Administração:** Geovana Fernandes  
**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e Nelson Manuel

**Departamento Comercial:** Geovana Fernandes  
**Tel.:** +244941784790-(1)-(2)  
**N° de Contribuinte:** 5401180721  
**N° de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82  
**Endereço:** Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514  
**E-mail:** administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

# A semana

## 3 PERGUNTAS A...



**CLÉOFAS VENÂNCIO,**  
presidente da FSA-CS

### Como vê o movimento sindical em Angola?

É medíocre. Antes dialogávamos, mas, a partir de 2017, o diálogo arrefeceu consideravelmente. Observamos que o Estado quer matar o sindicalismo. Fazíamos parte de várias comissões e sentíamos-nos parceiros do Governo. Agora, os sindicatos são apenas nominais, ou seja, já não somos tidos nem achados.

### Os sindicatos estão revoltados?

Quem nesta altura deve falar dos trabalhadores somos nós, as centrais sindicais. Mas, quando o presidente da Assembleia Nacional e os deputados são mais chamados para a concertação social, onde também devem intervir entidades civis que são sistematicamente preteridas, então não sei que concertação social temos no país.

### Qual é o foco da Força Sindical Angolana – Central Sindical?

Somos uma federação que existe desde 2004, que congrega 16 sindicatos que controlam cerca de 60 mil trabalhadores. Um dos principais alvos da nossa acção, à defesa dos direitos dos trabalhadores do sector da Saúde. A FSA-CS vive de quotização dos membros, porém, nos últimos dias, 3.246 associados, na sua maioria chefes de família, perderam emprego por causa da crise financeira e das medidas do Governo.

07  
TERÇA - FEIRA

Novas regras excepcionais acrescentadas ao estado de calamidade determinam novos horários para restaurantes e estabelecimentos comerciais, passando a encerrar às 16 horas. Bem como as muitas aplicáveis.

08  
QUARTA - FEIRA

O Standard Bank estima que as receitas petrolíferas em Angola vão descer para menos de 50% do total da receita fiscal pela primeira vez devido aos preços das matérias-primas e ao impacto da covid-19.

09  
QUINTA - FEIRA

O Governo decide suspender o pagamento de propinas “por tempo indeterminado”. O decreto acrescenta que o reinício das aulas fica dependente da evolução epidemiológica da covid-19 e o que o novo calendário será anunciado “oportunamente”.



10  
SEXTA - FEIRA

É tornada pública a possibilidade de quase 300 instituições terem os seus endereços electrónicos “desligados definitivamente” por irregularidades se não acederem à DNS, a empresa especializada em serviços de domínio de internet.



11  
SÁBADO

O ministro da Agricultura e Pescas, António Francisco de Assis, garante uma avaliação minuciosa ao impasse que impede o início da actividade da empresa pesqueira Wangfestão, situação que já leva quase um ano.



12  
DOMINGO

A ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, afirma que se investiu cerca de 43 mil milhões de kz em materiais de biossegurança para a prevenção da covid-19, incluindo 544 toneladas adquiridas à China, sendo as doações inferiores a 50 toneladas.



## COTAÇÃO



### BRENT NÃO RESISTE AO AUMENTO DE CASOS DE COVID...

O Brent abriu a semana em queda, com o preço a recuar mais de 1%, ao ser negociado a 42,85 dólares, depois de fechar a semana anterior positivo, nos 43,24 dólares. A queda é influenciada pelo record de casos de covid registados no domingo, mais de 230 mil, e do escalar das tensões dos EUA e da Europa com a China. O cenário, segundo especialistas, pode causar um novo “lockdown”. O WTI iniciou a semana a valer 40,14 dólares, após fechar a 40,55.



### ...NASDAQ NO VERMELHO POR CAUSA DA AMAZON E COMPANHIA

Algumas das principais contribuintes para os resultados positivos dos principais mercados de acções nos EUA, contribuíram para o encerramento no vermelho nesta segunda-feira. Amazon, Microsoft, Facebook, Nvidia ou Tesla causaram o encerramento em baixa da Nasdaq e a S&P. Em sentido contrário encerraram, as acções da empresa alemã de biotecnologia BioNTech, com mais de 10% e da Pfizer com 4%.



# Economia/Política

CREDORES DEVEM DESISTIR DE PROCESSOS NA JUSTIÇA

# Governo negocia 61,9 mil milhões kwanzas em litígio

**FISCO.** 30 mil milhões de kwanzas, é a metade que o Governo espera conseguir. E avisa que só vai negociar com quem desistir do processo judicial. Empresários defendem negociação de boa-fé.

Por César Silveira

A negociação da dívida tributária em litígio é uma das medidas fiscais previstas pelo Governo para incrementar as receitas fiscais para o Orçamento Geral do Estado (OGE) 2020, perspectivando arrecadar mais de 30 mil milhões de kwanzas face aos 61,9 mil milhões reclamados.



A intenção consta do relatório de fundamentação do OGE 2020 revisto que dá conta que, do valor reclamado, 42,9 mil milhões de kwanzas correspon-

dem ao tributo, enquanto 12,5 mil milhões são correspondentes a multas e juros.

Segundo o Plano de Regularização Excepcional proposto, o

valor correspondente a multas e juros seria totalmente perdoado, assim como os 30% do correspondente ao tributo. Assim, o montante a perdoar está estimado em 25,3 mil milhões de kwanzas.

O Governo justifica a proposta com a necessidade de encontrar soluções, “considerando que grande parte dessa dívida não pode ser transferida para os cofres do Estado, na medida em que os respectivos processos judiciais perduram”. O Executivo salienta que, com a estratégia negocial, pretende oferecer “aos contribuintes contrapartes no litígio a extinção das multas, juros e custas processuais, assim como do montante de 20% a 30% do respectivo tributo devido”.

Mas avisa que, para ter acesso às contrapartes, os contribuintes têm de desistir dos respectivos processos judiciais e, por outro lado, realizar o pagamento da respectiva dívida negociada num prazo máximo de 30 dias. Alternativamente, explicam as autoridades, poderão apresentar um plano de pagamento da dívida em prestações no limite máximo de seis meses, sendo que a primeira prestação de 50% do valor global da dívida amigavelmente negociada deve ser paga num prazo máximo de 30 dias.

O valor que o Governo espera recuperar com a renegociação das dívidas em litígio representa cerca de 0,5% das receitas fiscais previstas na proposta do OGE revisto que está fixada em 6.125,0 mil milhões de dólares. Comparativamente ao orçamento em vigor, registou-se uma redução de cerca de 28,9%, face aos 8.614,7 mil milhões de dólares.

## EMPRESÁRIOS PEDEM MENOS ARROGÂNCIA

A medida é aplaudida por grande parte dos empresários contactados pelo VALOR que, entretanto, apelam para a necessidade de o Governo “despir-se da arrogância” no processo negocial. “Esse é o caminho recomendável mas, se houver impostos a pagar arbitrariamente fixados sem o mínimo de critérios, os contribuintes não vão aceitar, apesar de uma maioria poder fazê-lo.

O que tem de ser feito é uma negociação em que a AGT perca a arrogância e prepotência e faça uma negociação de boa-fé com os

contribuintes nessas condições”, salientou o CEO de um dos 114 grandes contribuintes. “Roma e Pavia não se fizeram num dia e a AGT vem em 2020 tentar receber impostos de 2014 quando as contabilidades se faziam a três pancadas”, reforça, lembrando que “os contribuintes não possuem recursos ilimitados para se organizarem”. “Às vezes, os recursos humanos não estão disponíveis no mercado, os tecnológicos são o veículo da maior exploração a Angola e África, pois os custos de software são extremamente altos e um grande sorvedouro de fundos em divisas”, salientou ainda o gestor.

Recentemente, o PCA da AGT, Cláudio Paulino dos Santos, estimou em 175 o número de processos em tribunais, salientando que grande parte dos valores em litígio é associada a processos dos últimos cinco anos, de casos ligados ao imposto do consumo não pagos por empresas petrolíferas.

Não é a primeira vez que o Governo faz recurso ao Plano Regularização Excepcional para a recuperação de receitas. Por exemplo, está em curso um plano que entrou em vigor em Janeiro de 2019 e já foi renovado em duas ocasiões, tendo o término previsto passado de Julho para Dezembro de 2019 e, depois, para Setembro de 2020.

Este processo abrange as dívidas dos impostos industrial e de selo relacionados aos factos tributários até 31 de Dezembro de 2017. O Governo espera arrecadar 60 mil milhões de kwanzas de dívida fiscal e aduaneira, avaliada em 323 mil milhões em moeda nacional. Até Dezembro de 2019, tinha recuperado cerca de 43 mil milhões de kwanzas.

## AUMENTO DE 70% DAS TARIFAS DE EXPORTAÇÃO

Além da negociação da dívida em litígio, as Finanças propõem outras alterações fiscais, como o agravamento para 10% da taxa do Imposto Especial de Consumo (IEC) nos veículos de luxo ou de alta cilindrada, actualmente fixada em 2%. Com este agravamento, o Governo estima arrecadar 18,1 mil milhões de kwanzas contra os 3,6 mil milhões anteriormente previstos.

Está também previsto o aumento de 25% para 30% da taxa do IEC sobre os tabacos e

Governo elaborou ainda outras medidas para incrementar receitas fiscais em 2020



Mário Mujinas © VE

seus derivados. E ainda o agravamento em 5% na importação em 36 categorias de produtos constantes da Pauta Aduaneira. Outra proposta é o aumento das tarifas de exportação de produtos nacionalizados (bens alimentares e medicamentos) para 70%... Para angariar mais de 4% das receitas fiscais No global com as medidas previstas para incrementar as

receitas fiscais, o governo estima receitas adicionais de mais de 261,6 mil milhões de Kwanzas (261 647 229 829,38), correspondente a 4,2% das receitas fiscais estimadas para o OGE revisto, cuja receitas globais esta previstas em cerca de 13,5 biliões de Kwanzas, igual valor previsto para as despesas.

FILOMENA OLIVEIRA, EMPRESÁRIA

# “Não é que as empresas não queiram pagar, não têm”

Empresária defende necessidade do Governo respeitar a equidade fiscal, pautando pela mesma exigência quando se tratar de pagar as dívidas que tem para com os empresários.



Mário Mujinas © VE

Por César Silveira

**O** que lhe parece a proposta das Finanças para a resolução dos litígios fiscais?

Acho muito difícil por serem propostas ou soluções que não passaram por nenhum estudo e/ou auscultação das partes interessadas. Dão 30 dias às pessoas para pagarem 50% das dívidas. Se as pessoas tivessem esses valores já teriam ido à AGT tentar negociar. O problema é que a AGT e o Ministério das Finanças não entendem o problema dramático em que as

empresas se encontram. Não é que não queiram pagar, não têm. E quando não se tem, a negociação deve ser feita envolvendo as partes interessadas. Não podem impor a sua posição às outras partes interessadas. E tem sido assim constantemente. Gostaria que, da mesma forma, o Ministério das Finanças fosse capaz de trazer um programa de pagamento da dívida que tem para com as empresas. Que pagassem já 50% porque as empresas, sobretudo as micro e pequenas, andam a pedir favor, a humilhar-se há bastante tempo.

**Não está a condicionar o programa ao pagamento da dívida que o Estado tem com as empresas?**

Não querem perceber que as empresas já vinham de uma crise terrível e, agora com a covid-19, ficámos pior. Já que não querem perceber, então que sejam também tão diligentes a pagar a dívida que têm para com as empresas com dinheiro vivo e não estejam a passar títulos. Nós não sabemos o que fazer com esses títulos, porque não resolvem problema absolutamente nenhum. Aliás, só vamos perder mais dinheiro porque, se formos negociar esses títulos, vamos ter de ceder parte dos valores dos títulos. É uma injustiça total. E, mais uma vez, decorre da falta da capacidade de gestão que existe ao nível do Ministério das Finanças, nesse caso da AGT, de não utilizar as regras básicas de qualquer projecto, ouvir as partes interessadas e chegar-se a um acordo, mas estes acordos têm de ser cumpridos.

**Há uma linha de financiamento no BNA para a compra de títulos, com o objectivo de acudir mesmo as empresas...**

Se você é uma pequena empresa vai negociar o quê? 10 milhões de kwanzas, 20 milhões de kwanzas? Quando já existem dos governos anteriores decisões que diziam que todas as dívidas que o Estado tinha para com as micro, pequenas e médias empresas, até 500

# Entrevista

milhões, tinham de ser pagas com prioridade e em cash. A seguir, baixaram para 250, depois baixaram para 200 e, de repente, ninguém mais quer saber das micro, pequenas e médias empresas. Somos tratados como se fôssemos grandes empresas.

## Considerando os pontos fracos que encontra no projecto, acredita que é uma proposta para fracassar, caso avance como está?

Não sei se é um projecto a fracassar. Têm vindo a fazer um conjunto de projectos que põem na mesa, que, volto a repetir, não tiveram os requisitos validados pelas partes interessadas. A tendência é que não tenham sucesso ou o sucesso será mínimo porque as regras básicas não são observadas.

## Alguns empresários acusam a AGT de “arrogância”. Concorda?

Não sei se é arrogância ou mesmo falta de experiência, de saber fazer as coisas. Se tivéssemos a capacidade de resolver os assuntos, deveríamos ter aprendido a fazer gestão de projectos. Se as partes interessadas não participam, então é mais uma imposição que estão a tentar fazer. Dizem que, se o empresário pagar em 30 dias, terá as multas e juros perdoados. Bom. Mas estão a fazer a mesma coisa em relação às dívidas que têm para com as empresas? Então a equidade fiscal fica onde? Só nós é que temos obrigações para com o Estado?

## Não se pode entender que a morosidade no pagamento por parte do Estado ainda resulte da necessidade de comprovar as dívidas?

Aí são dois assuntos. Ninguém foi responsabilizado ao nível dos detentores do poder e, sobretudo dos responsáveis das unidades de gestão financeira por não terem cumprido com aquilo que era a lei. Não vale a pena atirarem para cima de nós, porque quem remete as facturas não é o empresário, são os gestores das unidades financeiras, que são funcionários do Estado. Quando fizemos o fornecimento de bens e serviços, o pagamento era para ser em 45 dias. A Lei diz que o pagamento deve ser feito 45 dias da entrada da factura no sistema. Quando o próprio Estado se arroga a não cumprir a lei como



*A AGT conseguiu, com tanta multa que me deu porque o Estado não me pagava, fechar a minha maior empresa. Tive de pôr 500 trabalhadores na rua porque o Estado, durante três anos, não me pagou.*

### PERFIL

**Maria Filomena Ramos de Oliveira**, formada em Marketing e Gestão, foi consultora e coordenadora da “Excursão Caminhada Verdadeira” da Fundação Lwini durante mais de 10 anos. Dirigiu o projecto bilateral Angola/Holanda, com a tarefa de repatriar exilados políticos e assegurar a ligação entre o Governo da Holanda e o Governo de Angola. É sócia gerente da Central de Ideias Lda, empresa de consultoria, comunicação marketing e Imagem.

é que ficamos? Vamos a um tribunal, quantos anos andamos nesse processo com mais custos de advogados e outros? As empresas deixam de funcionar. Mas, por outro lado, o Estado é muito célere e diligente no que diz respeito a ter ideias para como ir buscar o dinheiro que lhes é devido. Muitas das empresas que devem impostos estão à espera que o centro de gestão dos credores do Estado se digne a certificar a dívida e andamos para trás e para frente, de ministério em ministério a pedir favor para comprovarem a dívida.

### Enquanto empresária, em que situação se encontra? Com

### dívida por pagar ou pagamentos por receber?

Tenho valores a receber por parte do Governo, mas já não tenho nada a dever à AGT. Aliás, a AGT conseguiu, com tanta multa que me deu porque o Estado não me pagava, fechar a minha maior empresa. Tive de pôr 500 trabalhadores na rua porque o Estado, durante três anos, não me pagou. E ninguém é responsabilizado. E, como eu, há centenas e milhares de outras micro, pequenas e médias empresas que pura e simplesmente fecharam. E, se vamos continuar com este tipo de atitude de força do Estado para com as empresas e se não há a tal equidade e justiça financeira

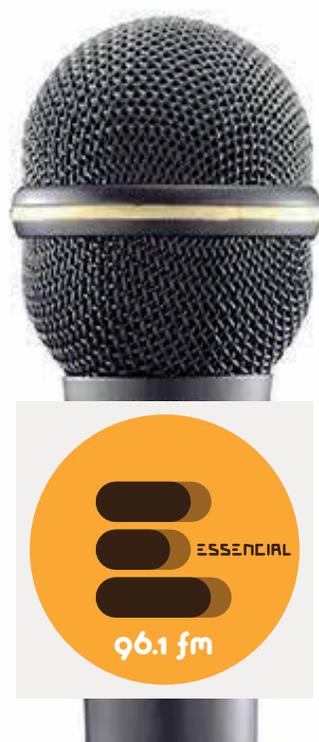
para os dois lados, então a gente fecha. Somos cidadãos com direitos e que um dia ousámos criar empregos para terceiros. Mas, se continuar assim, vamos ficar quietos, vamos dar consultoria ou fazer outra coisa qualquer e quem quiser que dê empregos aos milhares de desempregados.

### Que contributo daria à proposta das Finanças?

Primeiramente, teríamos de fazer um estudo. Estou a entender o que está a acontecer. O Ministério das Finanças está num problema desgraçado que tem mais despesas do que receitas, mas isso já vem de trás, isso é má gestão. No tempo em que tínhamos a bonança, ninguém se lembrou de fazer um fundo de apoio para acudir uma ou outra situação catastrófica. Teriam de ter previsto nos orçamentos anteriores a questão do risco e nunca foi integrada nos nossos Orçamentos Gerais do Estado muito menos na gestão da coisa pública. Agora que estamos no aperto, acham que quem deve ser sacrificado são os empresários.

O QUE É  
ESSENCIAL  
NOS DIAS  
DE HOJE?

96.1 fm



## Economia/Política



INICIATIVA ARRANCOU HÁ UM ANO

# PIIM: entre a incerteza dos empresários e o optimismo do Governo

**OBRAS PÚBLICAS.** Empreiteiros queixam-se das dificuldades provocadas pela variação cambial, mas Finanças garantem a existência de regras gerais para a realização do reequilíbrio financeiro dos contratos.

Por Júlio Gomes

Um ano depois de ter sido inaugurado o Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), sobram dúvidas quanto aos resultados e metas. Empreiteiros envolvidos na iniciativa de inspiração presidencial disseram ao VALOR que, até ao momento, não receberam mais do que 10% de ‘down-payment’ (pagamento inicial), o sufi-

ciente apenas para a organização de estaleiros e início de obras.

As queixas estendem-se a uma “certa burocracia” na alocação de verbas, o que se revela uma autêntica ‘dor de cabeça’, face à constante variação do câmbio. “O que se passa é que os contratos foram celebrados com o dólar a 350 kwanzas. Se a moeda perde peso todos os dias e hoje já roça os 800 kwanzas, já se pode imaginar os transtornos que isso representa para a nossa actividade”, afirmam operadores do PIIM no Moxico, província onde foi lançado o programa pelo Presidente da República.

O Ministério das Finanças

(Minfin) diz que, “a seguir ao down-payment, os pagamentos são efectuados contra a entrega dos autos de medição”, ou seja, ressarcimento em função da avaliação do trabalho efectuado por metro quadrado.

E em relação aos transtornos causados pela desvalorização da moeda, as Finanças asseguram que “foram definidas as regras gerais para a realização do reequilíbrio financeiro dos contratos”. “De forma a atenuar os impactos negativos que a desvalorização do kwanza e a inflação poderiam causar à execução do Programa, foi aprovado o Decreto Executivo nº 167/20, de 27 de

## MEMORIZE

● **A Coordenado** pelo pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, o Programa Integrado de Intervenção aos Municípios (PIIM) prevê a execução de mais de 1.600 projectos e as Finanças garante que mais de 700 já se encontram em execução física.

Maior, para a reposição do equilíbrio económico-financeiro dos contratos afectos ao PIIM”, responde o Ministério ao questionário do VALOR.

“Neste sentido, sendo a fonte de financiamento do PIIM, recursos em dólares descapitalizados do Fundo Soberano de Angola, foram definidas as regras gerais para a realização do reequilíbrio financeiro dos contratos. Assim, em caso de desequilíbrios financeiros que fundamentem os pedidos de alteração dos contratos públicos em vigor, e de forma a garantir a celeridade na execução do PIIM, as unidades orça-

“ Não obstante estarmos a enfrentar um ambiente socioeconómico desafiante, os recursos do PIIM estão assegurados. ”

mentais devem proceder nos seguintes termos: o reequilíbrio económico-financeiro dos contratos públicos devem atender aos aspectos concretos de cada contrato, em função das suas características e especificidades”, acrescenta o departamento gerido por Vera Daves.

O Minfin avisa às unidades orçamentais a atenderem “os aspectos concretos de cada contrato, em função das suas características e especificidades”. Para já “o reequilíbrio dos contratos deve ser feito, tendo em consideração o valor global do plafond de financiamento atribuído a cada unidade orçamental”.

“A moeda de referência para a execução dos contratos públicos, no âmbito do PIIM, é o kwanza”, logo, “não é permitida a indexação do valor dos contratos ou dos seus pagamentos a uma moeda externa, salvo excepções que resultem da avaliação das especificidades referidas nas Regras de Execução do OGE”, explicita o Governo.

Entretanto, vários observadores duvidam que o PIIM atinja os objectivos previstos “por ser uma iniciativa que apenas reedita acções do Programa de Investimentos Públicos (PIP)”. É o caso do economista Samuel Sequeira ‘Felino’, que considera o programa “bem concebido”, mas “por ter muitos intervenientes, na sua gestão, propicia o desvio de verbas”.

Felino cita, no entanto, o caso do Huambo para criticar as limitações do programa. “Há algumas acções em curso circunscritas às sedes municipais, mas, nas comunas, lamentavelmente, não há nada, observa, apelando para uma “rigorosa fiscalização”.

Sapalo António, outro economista é categórico: “De maneira nenhuma o programa vai resolver os problemas existentes nas comunidades, porque as administrações municipais sempre receberam dinheiro no quadro da descentralização do Estado e os resultados são praticamente nulos”.

Sapalo compara o PIP ao PIIM e aponta que este último “apenas surge na óptica da estratégia do MPLA de manipulação do cidadão menos atento”.

Um alto responsável do MPLA e que por isso não quer ser identificado também lança incertezas quanto à eficácia do programa “por conter as mesmas coisas que

# 700

projectos, estão em execução em todo o país segundo Ministério das Finanças

# 2

Mil milhões, valor subtraído do Fundo Soberano para financiar o PIIM

têm sido feitas em sede do PIP”. Além de que “muitas empresas que ganharam os concursos têm a ‘mão invisível’ de governantes, o que também não ajuda, numa altura em se pretende combater o enriquecimento ilícito”.

Insatisfeito com o rumo deste e de outros planos que têm sido gizados pelo Executivo, aconselha que “o melhor seria aplicar os recursos do PIIM na formação de competências para alavancar o desenvolvimento sustentável”.

Diz que “há problemas a jusante”, e que “não é pelo aumento de escolas ou de hospitais que teremos mais educação ou mais saúde”, observa, citando o caso de países avançados, como o Brasil e os EUA, que “anteciparam investimento no saneamento básico das cidades para conferir qualidade de vida aos cidadãos”.

## CARTEIRA COM MAIS 1.600 PROJECTOS

As Finanças garantem que “o Executivo mantém a estratégia e os mais de 1.600 projectos inscritos na carteira do PIIM, sendo que mais de 700 já se encontram em execução física”.

O pelouro de Vera Daves não admite falhas no financiamento para a execução dos projectos do Plano. “Não obstante estarmos a enfrentar um ambiente socioeconómico desafiante, os recursos do PIIM estão assegurados”, afirmou a fonte, acrescentando que “o trabalho exaustivo que tem sido feito é no sentido de garantir o sucesso e a execução eficiente do plano”, além de que “todo o trabalho está a ser feito, em articulação com as administrações municipais e governos provinciais que estão ‘in loco’ a assegurar a sua prossecução”.

## RISCO DE DUPLO FINANCIAMENTO

O Minfin garante igualmente que não haverá atropelos, como pagamentos duplos a obras já cabimentadas nos Investimentos Públicos e esclareceu a polémica obra do Kwanza-Sul: “Não foram feitos pagamentos duplos no Kwanza-Sul, no âmbito do PIIM. Os projectos em causa tiveram início em 2013. Entretanto, o Ministério das Finanças detectou uma execução acumulada registada superior aos valores contratados”.

Assim, “registando-se o pagamento integral do contrato, com a obra não concluída, não sendo as notas de fundamentação recebidas suficientes para chegar aos reais fundamentos que levaram à não conclusão da obra, foi solicitado pelo Ministério o apuramento dos factos, para a verificação de irregularidades às entidades competentes (IGF e Igae)”, explicam as Finanças. O Ministério acrescenta que “este exercício, dentre outros, é possível pelo acompanhamento fino à execução que tem sido desencadeado pelo Minfin, através da adopção de um modelo de execução financeira dos projectos do PIIM, semelhante ao modelo adoptado para a execução de projectos com financiamento de linhas de crédito externas, que permite um maior controlo de custos, onde os desvios poderão ser observados previamente, permitindo assim a adopção de medidas correctivas, ou de contingência”. Com base neste modelo, esclarecem as Finanças, “a seguir ao down-payment, os pagamentos são apenas efectuados contra a entrega dos autos de medição”.



Os projectos a financiar são apresentados pelo Ministério da Administração do Território, mas também pelos governos provinciais e administrações municipais.

## 12 concursos lançados pelo MAT no âmbito do PIIM

Contrato	Designação	Valor	Prazo
28-A/2020	Complexo residencial administrativo nos Dembos	1.176 milhões	18 meses
29-A/2020	Longonjo		
30-A/2020	Cuvelai		
31-A/2020	Luchazes		
32-A/2020	Chipindo		
33-A/2020	Cuvango		
34-A/2020	Fiscalização de obra no município dos Dembos	82.320 milhões	18 meses
35-A/2020	Longonjo		
36-A/2020	Cuvelai		
37-A/2020	Luchazes		
38-A/2020	Chipindo		
39-A/2020	Luchazes		

## GESTÃO COM 14 ENTIDADES

O PIIM é coordenado pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica e integra os pelouros da Administração do Território, Interior, Economia e Planeamento, Agricultura e Pescas, Indústria e Comércio, Obras Públicas e Ordenamento do Território, Energia e Águas, Transportes, Saúde, Educação, Cultura Turismo e Ambiente, e Acção Social e Promoção da Mulher. Também fazem parte da comissão os secretários para o Sector Produtivo e para os Assuntos Económicos do Presidente da República.

# Mercados & Negócios

CARLOS DUARTE, CEO DA ENSA

## “Hoje já é muito questionável se ainda justifica uma resseguradora nacional”

**SEGUROS.** Responsável máximo da Ensa, fala da importância da empresa focar-se apenas no seu core-business e ter relação com o mercado de resseguro de Londres.

Por César Silveira

**P**or ocasião da conferência de balanço, afirmou ser intenção a Ensa reestruturar a situação cambial em relação ao Resseguro. Por onde passaria esta reestruturação, considerando a situação económica do país e o não arranque da resseguradora nacional?

O conselho de administração a que pertencei foi nomeado em Novembro. Com ele, deu-se início à definição da Estratégia 2020-2022, às medidas de saneamento da empresa, fundamentais para purgar de excessos e permitir uma valorização máxima enquanto activo disponível para privatização. Demos início à preparação do processo, nos termos do Decreto Presidencial n.º 250/19. Tudo passa pela focalização no negócio segurador, nas actividades e processos core. Daí que algumas actividades deixarão de ser feitas pela seguradora, tais como os serviços médicos, peritagens e outros. Definimos e implementámos uma nova estrutura organizacional, que reduziu de 26 para 15 unidades de estrutura, e agora mais alinhadas com a missão da empresa. Aprofundaram-se as relações comerciais através da

criação de uma direcção destinada à distribuição do negócio mediado, bem como à formação de mediadores exclusivos, e outros vectores de mudança que configuram uma profunda transformação na organização, visando torná-la mais flexível e ajustada ao dinamismo da economia. Sabemos que a situação do país é um reflexo do que se passa ao nível mundial, uma economia que, após uma estagnação, começa lentamente a retomar com a agravante de os desafios cambiais fragilizarem, ainda mais, economicamente, todos os agentes empresariais do nosso mercado. A depreciação da moeda conduziu a uma inevitável perda de valor dos activos, deixando assim a necessidade de uma resseguradora nacional secundarizada. Em termos agregados, a exposição do sector segurador ao resseguro representa qualquer coisa que não deverá ultrapassar 150 milhões de dólares por ano (incluindo o seguro petrolífero), que é um valor muitíssimo abaixo de há uns anos. Nos dias de hoje, e para este nível de resseguro, já é muito questionável se ainda justifica uma resseguradora nacional, e obviamente o tema da AngoRe não conheceu mais tracção.

**Qual é a dívida real da Ensa relativa ao resseguro e qual é a taxa no leque da dívida aos fornecedores?**  
A 31 de Dezembro de 2019, tínhamos um saldo de aproximadamente



14 milhões de dólares. As contas de terceiros, nas quais se inclui o resseguro e fornecedores, foram objecto de algumas insuficiências na auditoria, mais uma razão para promovermos um saneamento às contas de 2019 que continuará no corrente exercício. Em alguns casos, temos saldos materiais com alguma antiguidade que importa serem actualizados. É um trabalho meticuloso que consome muitos recursos à empresa. Começámos com os nossos principais forne-

cedores, sobretudo com as principais clínicas e estamos muito avançados na reconciliação dos saldos e respectiva regularização, e introduzindo melhorias no processo de modo a eliminarmos os atrasos endémicos.

**O que esperam ganhar ou melhorar com a reposição do resseguro para Londres?**

Como é sabido, o resseguro é o contrato pelo qual uma seguradora, mediante um determinado prémio,

(res)segura, em parte ou na totalidade, os riscos que assumiu, junto de outra empresa de seguros, a resseguradora. A reposição do resseguro para Londres tem como objectivo uma afirmação de qualidade num mercado que é histórico nesta actividade. Temos o maior interesse em estarmos presentes numa praça de seguros/resseguros que transmite confiança, estabilidade e, sobretudo, garantias. Londres é o maior mercado de seguro/resseguro, por isso consideramos natural esta credibilidade e confiança que nos trará. Uma seguradora que quer liderar o mercado angolano e quer ter um papel relevante em toda a África Subsariana não pode deixar de ter uma relação com Londres, uma das maiores praças financeiras mundiais.

**Também falou da intenção ou possibilidade de transformar o imobiliário num negócio autónomo. Já há modelo para essa transformação? É aconselhável nesta altura que iniciou o processo de privatização?**

Na estratégia delineada para o período 2020-2022, as decisões estruturantes são efectivamente a privatização, a recuperação de prémios em dívida, o património imobiliário e a arte. Tive a oportunidade de referir que as questões do património e da arte podem ser rentabilizadas, mas que não temos nem know-how residente, nem sequer é a nossa missão. O nosso know-how, o nosso core business, são os seguros. Não somos gestores de imobiliário nem gestores de arte (apesar de termos uma colecção invejável). Desejo um foco, no essencial, no que nos distingue, no que sabemos fazer bem e que melhoramos todos os dias: seguros! Queremos também dar destaque ao património imobiliário e ter um parqueamento que permita uma melhor reabilitação, gestão e rentabilização, usando, para o efeito, sociedades ou fundos de investimento, sociedades-veículo ou meios afins sujeitos a regulador. Temos uma carteira de imobiliário considerável, com um potencial gerador de mais-valias que não queremos, de todo, desperdiçar. A arte, sendo obviamente relevante porque entendemos que as empresas devem contribuir para a cultura de um país, deve ser gerida numa perspectiva profissional e não por nós, que nos preocupamos sempre em criar um conjunto de obras de relevo, mas que não detemos know-how para gerir o acervo artístico que já temos e que deve estar ao dispor de Angola e do seu povo.

O BNA REALIZOU, até 10 de Julho, 131 operações de compra a compra de títulos a 76 empresas, tendo desembolsado um total de 85,3 mil milhões de kwanzas, dos 100 mil milhões aprovados para compra de títulos públicos às empresas no âmbito das medidas de alívio ao impacto da covid-19.



Mário Marques © VE

## BFA apoia 'Kwenda' com 30 milhões kz

O BFA disponibilizou ao programa de transferências sociais monetárias, denominado 'Kwenda', iniciativa do Executivo, cerca de 30 milhões de kwanzas.

Manuela Moreira, directora do departamento de Acção Social do BFA, referiu que o montante foi inicialmente orçado para as festividades alusivas aos 27 anos de existência do banco. Mas, face às circunstâncias actuais, a direcção decidiu disponibilizar as verbas ao programa. "Decidimos fazer a diferença. Fazer a diferença, mais do que fazermos negócio, é garantir que o país onde ganhamos dinheiro melhore todos os dias a situação social das pessoas", disse Manuela Moreira, reforçando a continuação de apoio às famílias carenciadas.

O valor foi entregue na quinta-feira, 9 de Julho, dia de celebração da existência do banco comercial, ao Fundo de Apoio Social (FAS), entidade gestora do programa Kwenda.

Além deste apoio, no âmbito do programa BFA Solidário, o banco apoiou com 250 milhões de kwanzas 12 ONG que desenvolvem projectos nas áreas da educação, saúde, inclusão social e financeira, em Luanda, Kwanza-Sul e Zaire.

RETIRADA DA DENOMINAÇÃO OCORREU EM 2015

# BNA reintroduz nota de 200 kwanzas em 'silêncio'

A entrada de circulação da série 2020 da moeda nacional vai a reintroduzir as notas de 200 kwanzas, retiradas do mercado desde 2015, de forma paulatina e sem nenhuma explicação oficial do banco central, tal como acontece agora com o seu regresso.

Na altura, alguns quadros seniores do BNA, de forma isolada e pontualmente, explicaram que a decisão se tinha devido à existência de uma quantidade excessiva de denominações, sendo que a retirada da nota de 200 permitiria uma melhor distribuição da massa monetária.

"É mais por uma razão monetária", explicou, em Dezembro de 2015, numa entrevista à Revista Rumo, o então administrador para o meio circulante do BNA, António Ramos da Cruz, estimando que a nota de 200 kwanzas representava cerca de 3% da massa monetária em circulação, que era de 700 milhões de moedas, 511 das quais notas e 243 milhões de moedas metálicas.

O VALOR questionou o BNA sobre a razão da reintrodução da nota de 200 kwanzas, mas não

obteve resposta até ao fecho da edição. Certo é que será a primeira nota a entrar em circulação da série 2020. A nota começa a circular a 30 de Julho, enquanto as de 500 e 1.000 kwanzas têm o início de circulação marcado para Outubro. Já as notas de 2.000 e de 5.000 entram, respectivamente, em Novembro de 2020 e Janeiro de 2021.

A nota de 10 mil apenas entra em circulação se "se mostrar absolutamente necessária", segundo José Massano, governador do BNA. Já foi assim aquando da entrada em circulação da série 2012 e nunca foi introduzida.

A família actual de notas começou a circular em 2013 quando o BNA tinha, na liderança, precisamente José de Lima Massano. Na ocasião, foram produzidos 750 milhões de unidades, compreendendo notas de valor facial de 1, 5, 10, 50, 100, 200, 500, 1.000, 2.000, 5.000 e 10.000, além de moedas metálicas de cinco e dois kwanzas, assim como de 50 e 10 cêntimos do kwanza.

Em 2015, já o governador era José Pedro de Moraes, tendo sido introduzidas as moedas metálicas de 50 e 100 kwanzas com o propósito de substituírem, paulatinamente e num período de três anos, as notas com o mesmo valor facial.

Em resposta à multa de 45 milhões kz



EM RESPOSTA À MULTA DE 45 MILHÕES KZ

## BNI afirma que não concedeu crédito por "insuficiências" dos projectos

O Banco de Negócios Internacional (BNI), uma das instituições financeiras multadas pelo BNA por suposto incumprimento do aviso n.º04/2019 referente à concessão de crédito ao sector real da economia, garante que só não concedeu crédito do período avaliado por "insuficiências" dos projectos.

A instituição assegura que, por estar "devidamente alinhada com a estratégia de substituição das importações pela produção nacional e em

contribuir para a sustentabilidade das contas externas do país, desenvolveu, durante o exercício de 2019, um conjunto de acções" para o cumprimento do aviso.

"Sucedeu, porém, que os projectos que foram remetidos ao banco apresentavam insuficiências, desde a existência de promotores com incidentes de crédito junto da Central de Informação de Crédito do BNA, ausência de contabilidade organizada das empresas, registo de incidentes

fiscais, projectos sem viabilidade à falta de orientação e experiência dos promotores para a implementação dos projectos que se propunham desenvolver", justificou.

Por outro lado, o banco avança que, em 2019, financiou 19 projectos de um grupo de pequenos agricultores produtores de milho no Huambo. Igualmente, financiou projectos ao abrigo do Aviso 10/2020 de 03 de Abril e espera continuar a apoiar o financiamento a economia.

# DEJURE

## ANATOMIA DO JULGAMENTO DOS 500 MILHÕES

**ACUSAÇÃO.** Após meses entre as paredes da Procuradoria-Geral da República, e com os investigados sob as medidas de coação de termo de identidade e residência determinadas em Março de 2018 pela PGR, o Tribunal Supremo (TS) recebe o processo em Setembro, reafirmando toda a acusação do Ministério Público (MP). Valter Filipe, ex-governador do BNA, e António Manuel, ex-director do departamento de gestão de reservas do BNA, são pronunciados nos crimes de peculato, branqueamento de capitais e burla por defraudação. Ao passo que José Filomeno dos Santos, ex-presidente do conselho de administração do Fundo Soberano de Angola (FSDEA), e o empresário Jorge Gaudens são pronunciados por associação criminosa, falsificação de título de crédito, burla por defraudação, tráfico de influência e branqueamento de capitais.

**ACUSAÇÃO.** O Tribunal subscreve integralmente a acusação contra os quatro réus num primeiro momento e o Ministério Público luta para que o Supremo não mude de opinião na sequência do recurso à pronúncia interposto pela defesa para que o processo não evoluísse para as sessões de produção de provas. O Tribunal decide dividir a razão por partes, avançando com o julgamento, mas deixando cair algumas das acusações.

**ACUSAÇÃO.** A 9 de Dezembro do ano passado, o Supremo inicia finalmente o julgamento do, entretanto, já rotulado ‘caso 500 milhões’, com o Ministério Público a reafirmar os vários crimes que os arguidos teriam cometido. A tónica da acusação assenta na ilegalidade da operação e, apesar da despronúncia do crime de associação de malfeitores, o Ministério Público mantém a tese de que os arguidos teriam agido de forma concertada. O MP refere que o ex-Presidente da República teria sido enganado, questiona a competência do então governador do BNA, Valter Filipe, para autorizar a transferência e acusa de falta de idoneidade dos intervenientes privados (angolanos e estrangeiros), exemplificando que a parte internacional do consórcio era uma empresa especializada em gestão de resíduos, de acordo com buscas de internet.

**ACUSAÇÃO.** Com destaques para Archer Mangureira (ministro das Finanças à data dos factos) e José Massano, o MP arrola vários declarantes para sustentar a acusação. Mangureira diz ter aconselhado cautelas ao ex-PR e que teria sido retirado do processo sem explicações. Reassumindo a coordenação já com João Lourenço, teria percebido que faltava idoneidade aos operadores e que as empresas eram dormentes. Massano, por sua vez, afirma ter havido “graves irregularidades” na execução da transferência no BNA. O Ministério Público contou também com o testemunho de Manuel Nunes Júnior que, arrolado pela defesa, por não se lembrar, refere que não pode confirmar, a reunião com Valter Filipe, na sede do MPLA, em que terá recebido todo o dossier do caso. Vários funcionários do BNA também são chamados para confirmar a ocultação da transferência dos 500 milhões que foi registada tardiamente e a imposição dos contratos pela Mais Financial Services (MFS) ao BNA.

### Setembro 2018 Acusação no Tribunal Supremo/Pronúncia

**DEFESA.** Os advogados dos quatro réus reafirmam a sua inocência, justificando que estava em causa um processo legítimo e legal autorizado pelo ex-Presidente da República (PR), José Eduardo dos Santos (JES). Sérgio Raimundo, advogado de Valter Filipe, afirma que a acusação nem devia chegar a Tribunal sem que JES fosse ouvido, argumentando que se tratava de uma simples diligência que esclareceria os factos e que levaria necessariamente ao arquivamento do processo, porquanto os réus seguiram instruções do mais alto mandatário da Nação.



### Junho 2019 Recurso à Pronúncia/ Acórdão do Recurso

**DEFESA.** O recurso à pronúncia produziu os primeiros resultados para a defesa, particularmente de ‘Zenu’ dos Santos e de Jorge Gaudens. Num acórdão de 9 de Junho de 2019, o Supremo decidiu despronunciar os arguidos da acusação de associação criminosa e de falsificação de título de crédito, reduzindo para três os crimes que transitariam para a fase de produção de provas. Na altura, o Tribunal também extinguiu as medidas de coação que impediam os dois arguidos de saírem de Luanda, mas nunca chegou a entregar os passaportes. Ainda assim, para a defesa, era a primeira vitória num processo fortemente ensombrado pelo simbolismo político, acreditando que, não tendo havido fundamento para a falsificação do título de crédito, a acusação de burla por defraudação ficaria automaticamente ‘sem pernas para andar’.

### Dezembro 2019 Primeira sessão no Tribunal

**DEFESA.** Valter Filipe declara que agiu sempre por orientação do ex-PR; reafirma a competência para autorizar a transferência e explica que o ex-director do departamento de gestão de reservas, António Manuel, cumpriu apenas ordens suas directas, após ‘due diligence’ na fase negocial dos contratos. Por sua vez, Jorge Gaudens afirma que a empresa que representa, a Mais MFS, recebeu mandato do ex-PR para intervir como operador privado pela parte angolana e que agiu no quadro dos contratos assinados com o BNA, lembrando a idoneidade da MFS enquanto accionista majoritária, entre outros, de uma instituição bancária autorizada pelo regulador. Filipe e Gaudens lembram que os contratos previam o retorno dos valores após 30 dias de capitalização e que os 500 milhões serviriam apenas para a constituição da garantia para a capitalização dos fundos, que passariam a ser geridos por entidades do Estado. José Filomeno declara que interveio como assessor indicado pelo então PR, pela sua experiência no FSDEA. A sua defesa afirma que o Supremo é incompetente para julgar o caso, já que o que está em causa é apenas a verificação do cumprimento ou não de contratos.

### Dezembro 2019 Declarantes e testemunhas

**DEFESA.** Manuel Nunes Jr. confirma ter estado numa reunião, em Setembro de 2017, com JES e entidades nacionais e estrangeiras em que se tratou da constituição dos fundos estratégicos e da transferência dos 500 milhões, mas diz não saber em que condição participava. Valter Filipe responde que Nunes Jr. sabia que estava no encontro na qualidade de futuro coordenador da equipa económica e que foi assim que recebeu todo o dossier na sede do MPLA, por orientações de JES. A reunião entre Valter Filipe e Nunes Júnior é confirmada por Tiago Dias, actual vice-governador do BNA, que também esteve presente. Valter Filipe acusa, por outro lado, Archer Mangureira de mentir em Tribunal e revela que este havia enganado JES, submetendo um memorando unilateral, ao contrário do parecer técnico conjunto que lhe fora requisitado. Funcionários do BNA confirmam a impossibilidade de ocultação da transferência, entre outras razões, por ter sido realizada no sistema bancário internacional. Os assessores (jurídicos e financeiro) de Valter Filipe, por seu lado, admitem terem feito contribuições na elaboração dos contratos assinados com a MFS, contrariando a tese de ‘imposição’ do MP.

*A defesa recorda que Estado não perdeu qualquer tostão, uma vez que os 500 milhões regressaram ao país, além dos 24.850.000 euros do contrato de assistência técnica e os dois milhões de euros a que o Estado incorreu de custas judiciais no processo em Londres que acabou arquivado.*



**ACUSAÇÃO.** O MP defende ao longo de mais 15 sessões de produção de provas: a “falsidade do memorando” que autoriza Valter Filipe a assinar os contratos em Londres com o consórcio e a realizar a transferência e simultaneamente a “falta de competência de José Eduardo dos Santos e de Valter Filipe para autorizar a operação”. MP questiona a ausência da produção do sindicato bancário pelos promotores; a garantia, que afirma ser falsa, fornecida pelos promotores e prova de má-fé, a saída dos 500 milhões de dólares do património do BNA sem que a instituição fosse vocacionada para o efeito e reitera o “regresso coercivo dos valores a Angola” como descrito pelo então ministro das finanças Archer Mangureira.



**ACUSAÇÃO.** A audição ou não a José Eduardo dos Santos marcou o desenrolar de todo o ‘caso 500 milhões’, desde a sua fase de instrução na PGR. Contrário ao entendimento da defesa, o Ministério Público recusou-se a ouvir o ex-Presidente na instrução preparatória e na instrução contraditória. MP tentou evitar que a versão de José Eduardo dos Santos fosse ouvida na fase de produção de provas, argumentando que era desnecessária. O Tribunal lembra diligências para, em nome da imparcialidade, ouvir JES, uma vez que Valter Filipe não aceitou declinar das declarações da pessoa de quem recebeu orientações para praticar os actos que culminaram com a transferência.



**ACUSAÇÃO.** Na fase das alegações orais, o Ministério Público manteve todas as acusações, incluindo as que o TS já havia deixado cair, pedindo penas de prisão entre os mínimos de sete e 10 anos e exigindo indemnização para o Estado. Evocando a ilegalidade da operação, o MP reitera que “os réus tentaram apropriar-se de recursos do Estado e que agiram de forma concertada”, apresentando como provas as declarações de Archer Mangureira, de José Massano e os mesmos documentos constantes do processo que a defesa usa a seu favor para contestar a acusação. O Ministério Público pediu ainda que o Tribunal Supremo desconsiderasse a carta de José Eduardo dos Santos, levantando inclusivamente suspeita de falsidade.

**ACUSAÇÃO.** O Tribunal apresenta mais de 100 quesitos às partes, perguntas finais do processo baseadas na acusação, pronúncia e nas sessões de produção de provas, sem respostas aos quesitos. O Ministério Público pede a inclusão de quesitos relacionados com um suposto contrato que previa a divisão do dinheiro e que estaria dentro do processo pelo que não se trataria de nova prova produzida extemporaneamente em fase de quesitos e sem discussão com a defesa.



### Dezembro 2019 Março de 2020 Discussão de provas

**DEFESA.** Os advogados e réus respondem caso a caso. O sindicato bancário seria formado, como prática, apenas no fim da capitalização do fundo, processo que ficou interrompido com o congelamento da transferência pelo facto de o BNA não ter confirmado a operação. João Hebo, antigo funcionário do BNA, confirma em Tribunal ter sido ele a receber dos Serviços de Apoio do ex-PR o memorando com a assinatura de JES a autorizar a celebração dos contratos e a realização da transferência, sublinhando que era autêntico. A defesa argumenta que os 500 milhões, à luz dos contratos, nunca saíram da esfera patrimonial do BNA; apresenta o acordo de consenso, assinado em Londres que prova que os 500 milhões regressam ao país com a “decisiva colaboração” dos réus. Defende que o MP nunca conseguiu provar que a garantia era falsa e que até o comunicado do Ministério das Finanças que anuncia o regresso dos 500 milhões ao país refere que a garantia era “presumivelmente falsa”. Colaboradores do BNA declaram também que Valter Filipe tinha competências para autorizar a transferência dos 500 milhões, no âmbito da política de investimento do BNA.

### Fevereiro 2020 Carta de José Eduardo dos Santos

**DEFESA.** O Tribunal, antes de desistir da diligência, permite à defesa fazer a última tentativa de ouvir o ex-PR. José Eduardo dos Santos acabaria por enviar uma carta ao Supremo, a partir de Espanha. No documento, confirma ter sido ele a autorizar Valter Filipe a assinar os contratos e a processar a transferência. Revela também que havia anulado o memorando unilateral de Archer Mangureira por este o ter enganado e que o tinha afastado da coordenação do processo por razões de agenda. JES precisa que Manuel Nunes Júnior tinha sido apresentado na reunião de Setembro de 2017 como o futuro coordenador da equipa económica e que, inclusivamente, João Lourenço estava informado do dossier. O ex-Presidente refuta a acusação de que houvesse qualquer tentativa de se desviarem os recursos, afirmando que a operação estava em curso no interesse do país, assolado pela crise financeira. E que a mesma se enquadrava no escopo das suas competências constitucionais.

### Junho 2020 Alegações

**DEFESA.** Os réus, mais uma vez, declararam-se inocentes, insistindo que todos agiram no interesse do Estado, cumprindo orientações de JES que tentava passar o poder a João Lourenço com mais recursos financeiros disponíveis. A defesa recorda que o MP ignorou os factos que levaram ao levantamento de parte das acusações pelo Tribunal e recordou que Estado não perdeu qualquer tostão, uma vez que os 500 milhões regressaram ao país por colaboração do réu Jorge Gaudens. O mesmo réu devolveu também ao BNA os 24.850.000 euros do contrato de assistência técnica e os dois milhões de euros a que o Estado incorreu de custas judiciais no processo em Londres que acabou arquivado. A defesa sublinha que os 24 milhões e 850 mil euros regressaram, apesar de todas as barreiras das próprias autoridades para que isso não ocorresse, sendo que as autoridades chegaram a negar-se até a fornecer as coordenadas bancárias para as quais os valores deviam ser transferidos. António Manuel, por sua vez, sublinhou que, até hoje, não percebe a razão de estar em Tribunal, uma vez que continua no BNA a executar as mesmas tarefas pelas quais está a ser julgado.

### Julho 2020 Quesitos

**DEFESA.** Os advogados contestaram a elaboração de quesitos baseados num documento nunca antes discutido e que nem constava da acusação até à data. Ainda assim, solicitaram ao MP que apresentasse o alegado contrato, pedido que também foi formulado pelo Tribunal. O MP não conseguiu apresentar o documento, tendo a defesa sublinhado que o alegado contrato é inexistente. A defesa requereu a eliminação de quesitos que levantam matérias de direito e não de factos, já que a sua inclusão viola a Lei. A defesa acusa ainda o MP de várias contradições, ao confundir o papel de cada um e sem que se tivesse preocupado em acusar a parte internacional. Questiona, por exemplo, como foi possível acusar os réus de branqueamento de capitais, uma vez que a origem dos dinheiros é lícita (BNA). Para a defesa, a acusação tinha de assumir antes que o BNA exerce actividade criminosa, já que só se pode branquear recursos de origem ilícita. A defesa também questiona o peculato, considerando que nenhum dos réus se beneficiou dos recursos. E a burla por fraudeção, já que que o próprio Tribunal concluiu que não houve nem associação criminosa nem falsificação de títulos. O Tribunal encerrou a sessão sem marcar a data de leitura do acórdão de sentença.

# Gestão

## Ambani, um asiático no top 10

### RIQUEZA.

É a nona pessoa mais rica do mundo neste ano assustador para as maiores empresas do mundo, em grande parte graças ao impacto da covid-19, que aumentou substancialmente o consumo de telecomunicações, levando à valorização de empresas como a Jio que lidera o mercado na Índia. Conheça Mukesh Ambani, o novo integrante do topo dos mais ricos do planeta e o primeiro asiático a entrar no grupo.

Os impostos pagos pelas indústrias Reliance perfazem **5%** do total de receitas de impostos da Índia.

Reliance é dona da maior refinaria do mundo localizada em Jamnagar, Gujarat, com capacidade para refinar **668** mil barris de petróleo por dia.

O conglomerado Reliance detém interesses no petróleo e gás, têxteis e retalho, media, banca e telecomunicações com mais de **75** mil funcionários, declara receitas de mais de **90** mil milhões de USD em 2020.

Mais de metade do investimento em telecomunicações mundial na primeira metade de 2020, cerca de **15** mil milhões de USD, foram para a Jio braço de telecomunicações do grupo Reliance que tem 'surfado' com sucesso a onda gigante da pandemia do covid-19. A empresa está bem posicionada para dominar metade do mercado indiano do sector e conta já **388** milhões de subscrições.

A morte do pai trouxe uma cisão familiar que só foi apaziguada pela mãe que dividiu as empresas do pai pelos irmãos Mukesh que reteve as indústrias de petróleo e gás e Anil, dois anos mais novo, que reteve os investimentos financeiros, telecomunicações e infraestruturas. Os irmãos tiveram muitas turras mesmo depois dessa divisão com processos judiciais pelo meio. Mukesh fundou a Jio que ajudou a falir a Reliance Telecoms e os investimentos em bolsa de Anil fizeram-no perder mais de **120** milhões de USD, enquanto as empresas do irmão só facturavam. Duas décadas depois, quando Anil esteve perto de ser preso por não poder pagar uma dívida Mukesh interveio e apaziguou a zanga.

Antília a 'casa' mais cara do mundo, avaliada em perto de **2** mil milhões de USD, é na verdade um edifício de 27 andares em Mumbai, e, em que vive Ambani e sua família. Tem um spa, centro de recreação e estúdios de yoga e dança, três pistas de aterragem de helicópteros, 9 elevadores que servem os diferentes pisos dos membros da família, cinema de 50 lugares, parque para 168 carros, salão de festas, o seu próprio templo de oração, várias piscinas e jardins suspensos. São precisos 600 funcionários para a manutenção da residência.

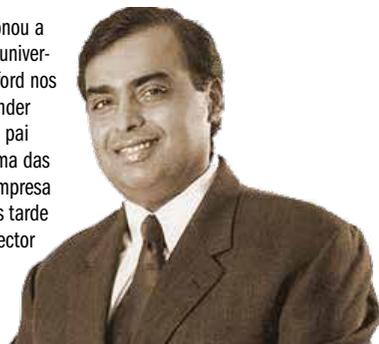
O presidente da Reliance Industries, o indiano mais rico há 12 anos, viu a sua fortuna passar para **64.5** mil milhões de USD com a duplicação do valor das acções da Reliance. É agora quatro vezes mais rico do que o segundo homem mais rico da Índia.



## 2019

Ambani com **63** anos, facturou 16.4 mil milhões de USD, uma média de 4.5 milhões de USD por dia.

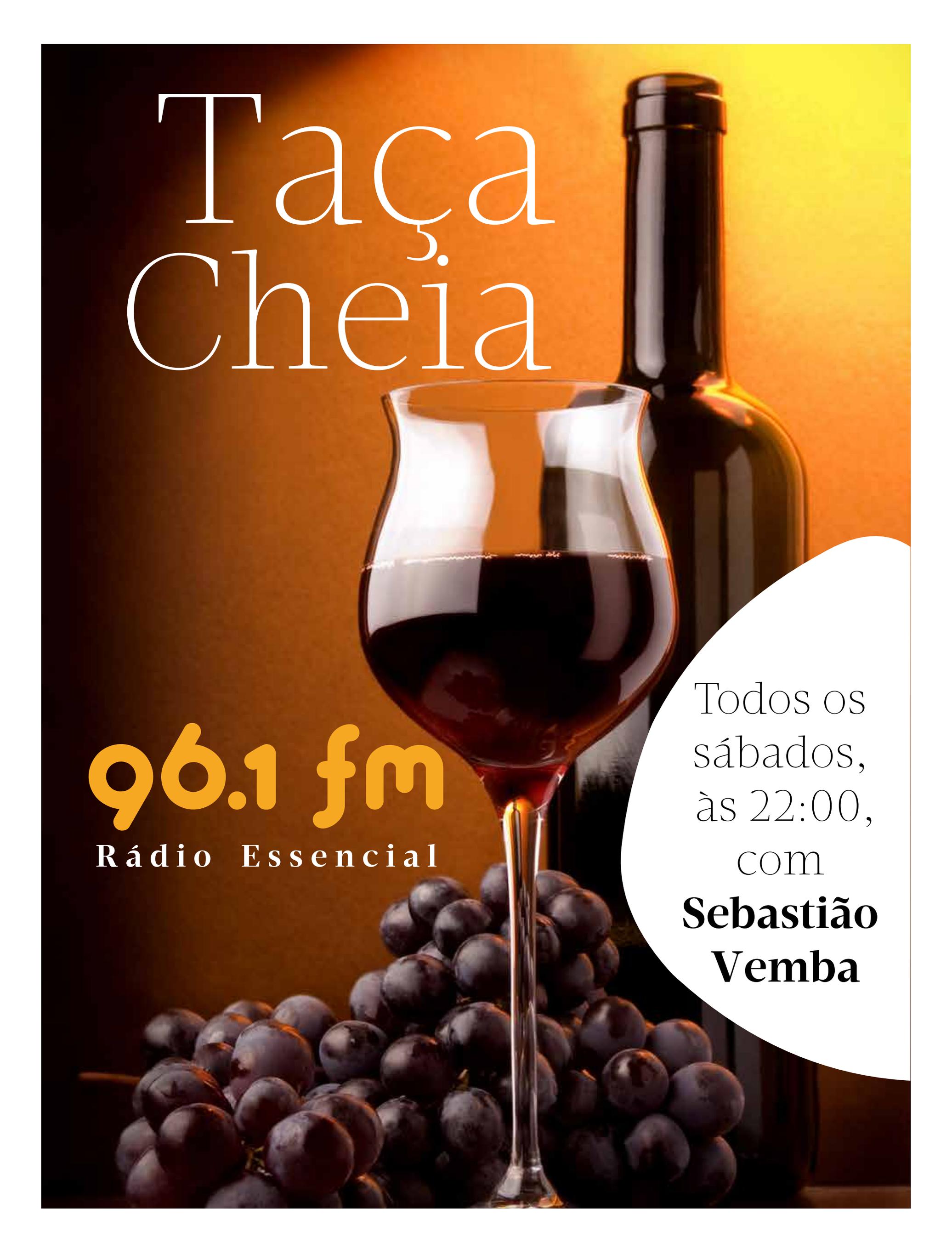
Ambani abandonou a licenciatura na universidade de Stanford nos EUA para responder ao chamado do pai para assumir uma das investidas da empresa do pai que mais tarde iria herdar no sector têxtil.



Um dos maiores investidores desportivos do mundo, Ambani fundou a liga de futebol indiana e é o dono da IPL de Mumbai.



# Taça Cheia



**96.1 fm**

Rádio Essencial

Todos os  
sábados,  
às 22:00,  
com  
**Sebastião  
Vemba**

# (In)formalizando



NO LOBITO, BENGUELA

## Associação dos Jovens Empreendedores cria hortas comunitárias

**C**om vista a estimular a agricultura familiar e combater a fome, a Associação dos Jovens Empreendedores seleccionou 30 famílias que vão beneficiar do programa de hortas comunitárias no município do Lobito, em Benguela.

O programa é enquadrado no projecto 'Kindala', cujo objetivo é combater o desemprego. As famílias estarão agrupadas

em 30 brigadas e começam, em Agosto próximo, a efectivação do projecto que tem como prioridade o cultivo de couve, cebola, tomate e repolho, incluindo algumas frutícolas, como melancia ou papaia.

Segundo o presidente da Associação, Alfredo Cangonga Nguli, o projecto estender-se-á pelo menos a 15 bairros do Lobito e, nos próximos tempos, em outros pontos do país. Face à sua importância no combate à fome e ao desemprego, poderá receber apoios públicos ou privados.



## Cacusso começa a ser vendido em Malanje

Aquicultores associados de Quissole, em Malanje, iniciaram a comercialização de 2.500 toneladas de tilápia também conhecido por cacusso. A comercialização é respeitante ao primeiro ciclo produtivo dessa espécie que se prolonga até Agosto. Cada quilo está a ser despachado a 3.000 kwanzas.

Evaristo Quintas, coordenador para o desenvolvimento comunitário do projecto, explicou que o cacusso que está a ser vendido resulta de 124 tanques de engorda, que possuem mais de dois mil peixes cada um, prontos a serem entregues aos clientes. "Mas a meta é aumentar a produção com mais 126 tanques", refere.

A iniciativa apoia 250 famílias das localidades de Quissole, Vila Matilde, Vula Ngombe, Ngola Luije, Quéssua, Camizaje, Casteve e Quizanga, todas pertencentes administrativamente ao município de Malanje.

O governador de Malanje, Norberto dos Santos, presenciou o arranque do processo de vendas e, na ocasião, ofereceu aos aquicultores uma motorizada de três rodas e redes de pesca, tendo desafiado os jovens a criarem cooperativas, visando fomentar o ofício e, desta forma, ajudar o programa do Executivo de diversificação da economia.

NO BIÉ

## Emprego no 'garimpo' de diamantes

**P**elo menos 523 cidadãos, no Bié, encontram emprego em sete das 15 cooperativas de exploração de diamantes existentes. Anacleta Leonardo, directora do gabinete provincial do Desenvolvimento Económico Integrado, informou que oito outras foram forçadas a paralisar por não apresentarem todas as exigências da lei.

O departamento desenvolve um trabalho de verificação dos factores que estão a condicionar a reabertura de algumas cooperativas e estudam-se mecanismos para ajudá-las no financiamento junto da banca para impulsionar a sua actividade.

No entanto, Anacleta Leonardo lamentou o facto de actualmente a exploração ilícita de diamantes estar a ser praticada pela população residente, "aleadamente para sustento familiar, ao invés de optarem pela produção agrícola".

Entretanto, na comuna de Soma-Kwanza, os níveis de produção baixaram mais de 50% por causa da covid-19. João Barros, presidente da cooperativa Chitembo-Tchalaza, disse que os preços também baixaram consideravelmente desde Março, quando a Sodiam deixou de comprar a pedra preciosa.

Em função disso, destacou que foram obrigados a reduzir de 500 para 100 o número de trabalhadores, agravando a situação social dos afectados.



# Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



## Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda  
Escritório: (+244) 928 981 644  
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

# Opiniões

## Covid-19 a salvação dos próximos dois OGE?



**César Silveira,**  
Editor Executivo  
Valor Económico

tirá ao MPLA, enquanto partido no poder, elaborar um orçamento mais ajustado ao processo eleitoral.

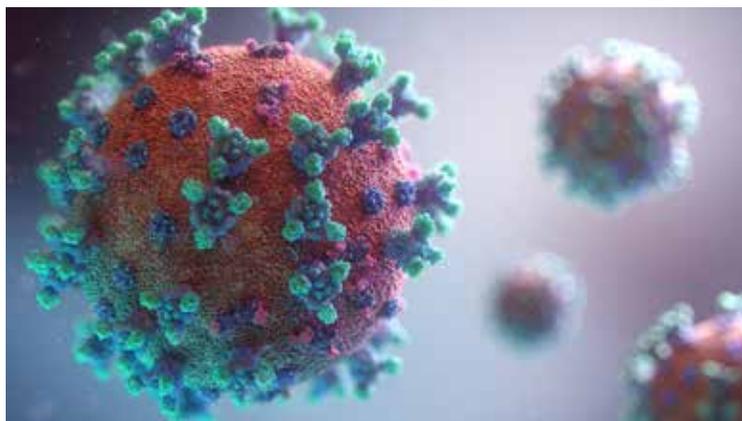
Um 'luxo' a que não se conseguirá dar, por exemplo, se não se confirmar a moratória de pelo menos três anos em relação aos pagamentos devidos à China. Apesar de esta semana a ministra das Finanças, Vera Daves, sublinhar que nada ainda está decidido, tudo indica que sim, Angola irá beneficiar desta moratória para os pagamentos das amortizações e juros à China, que é tão-somente o maior credor do Estado.

O correcto seria aproveitar esta moratória para se fazer 'um pé-de-meia' no sentido de, quando se retomarem os pagamentos, estar-se em presença de alguma folga financeira, sobretudo devido às incertezas do mercado petrolífero que continuará ser a principal fonte de financiamento do Orçamento do Estado.

Mas parece existirem poucas dúvidas sobre qual seria a escolha do MPLA perante uma eventual necessidade de escolher entre um orçamento realista, mas que não garantisse a vitória eleitoralista, e um outro que desrespeitando as regras de boa gestão, ignorando as possibilidades e realidades, fosse desenhado para inebriar o eleitorado.

**N**uma altura em que se analisa o orçamento revisto de 2020, parece oportuno questionar como serão os dois últimos da actual governação. Restarão os orçamentos de 2021 e o de 2022, este que será o ano das eleições. Ou seja, tratam-se de dois documentos, cujo elaboração, quer se queira, quer não, tem uma certa carga eleitoralista, ou seja certamente vão englobar muitos projectos de rápida execução e pensados minuciosamente na preocupação imediata de agradar o eleitor.

Portanto, a elaboração destes dois documentos certamente seria mais difícil caso a covid-19 não surgisse, trazendo a possibilidade de Angola renegociar as dívidas com alguns dos principais credores e, assim, ganhar algum folego financeiro que permi-



## Formação no Sector Segurador – Uma prioridade II



**Ricardo Vinagre,**  
Senior Manager  
EY, Assurance  
Services

E como tudo o que é novo precisa de ser apreendido e compreendido, esta proposta de um novo regime jurídico precisa de ser descoberta, lida e estudada com atenção.

Os desafios que surgem das alterações propostas pelo novo regime jurídico são inúmeros, tanto ao nível do regulador como das seguradoras, por isso, tal como escrevi no artigo, com o título 'Formação no Sector Segurador – Uma prioridade', que foi publicado neste jornal no passado dia 24 de Março, a formação no sector segurador deve ser uma das principais prioridades dos vários intervenientes. Em Março, quando escrevi sobre a urgência da necessidade de formação no sector segurador, a Arseg ainda não tinha lançado a consulta pública sobre o novo o regime jurídico, mas já antecipava a necessidade que o sector teria de se ajustar a uma nova realidade e que passaria, numa primeira fase, pela formação dos quadros em áreas específicas, mas fundamentais: "Com um sector segurador a ajustar às melhores práticas internacionais a expectativa é que também os modelos de governação das seguradoras se adaptem o que trará uma maior exigência e colocará uma enorme pressão sobre os recursos humanos, pois áreas como auditoria interna, compliance, risco,

actuarizado, assim como um upgrade necessário nas áreas de subscrição e gestão de sinistros serão determinantes. O regulador será naturalmente cada vez mais exigente e poderá vir a confirmar o fit and proper das estruturas." Em Maio, a Arseg lançou a Proposta de Consulta Pública nº1/20, sobre o Regime Jurídico da Actividade Seguradora e Resseguradora em Angola e hoje, quando vos escrevo as necessidades de formação em determinadas áreas, deixaram apenas de ser vantagens competitivas para as entidades que tinham quadros com determinadas características, para passarem a ser uma exigência, entre outras destaco a criação de funções tais como as de auditoria interna (artigo 61.º), a actuarial (artigo 62.º) e a criação da figura do sistema gestão de riscos (artigo 58.º) e de controlo interno (artigo 60.º).

Desta forma, aquilo que era expectativa passa a facto e não existe volta a dar, pois, com a evolução do sector segurador em Angola e com a eminente entrada em vigor de um novo regime jurídico, todos os intervenientes do mercado terão de apostar na formação dos seus quadros para que os mesmos consigam, por um lado, dar respostas às exigências impostas e, por outro, as entidades estar em compliance com a legislação em vigor.

**N**ão podia começar este artigo de outra forma que não fosse congratular a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (Arseg), pela iniciativa de lançar a Proposta de Consulta Pública nº1/20, sobre o Regime Jurídico da Actividade Seguradora e Resseguradora em Angola. Com esta iniciativa, a Arseg mostra que quer um mercado segurador mais sólido, robusto, dinâmico, com competências reforçadas, mais moderno e adaptado às circunstâncias actuais do país e do mundo.

A proposta sobre o novo regime jurídico da actividade seguradora e resseguradora é uma autêntica revolução no sector em Angola, por isso, à medida que avançamos na sua leitura, vai-se abrindo aos nossos olhos todo um novo horizonte, um horizonte que todos sabemos desafiante, mas, ainda assim, há muito esperado.

“O ensino superior confere aos alunos uma variedade de competências e conhecimentos importantes para a vida, ajuda-os a levar uma vida mais rica e completa.”

# As universidades vão aprender com os bloqueios?



Kenneth Rogoff

Como muitas empresas, as universidades lutam para reiniciar as actividades e adoptam uma série de estratégias. Por exemplo, a Universidade de Cambridge, no Reino Unido, anunciou que as palestras vão ser todas apenas online até pelo menos meados de 2021. Outras, como a Universidade de Stanford oferecem um ‘mix’ de aulas presenciais e online, bem como o prolongamento do ano lectivo para que menos estudantes venham ao ‘campus’ a qualquer hora.

Não nos enganemos: a covid-19 representa um enorme golpe económico para o ensino superior. Alojamentos dos estudantes estão desocupados, estádios desportivos continuam vazios e os alunos recusam-se a pagar os seus estudos. Para muitas faculdades e universidades, é provável que a queda nas receitas de estudantes estrangeiros, especialmente chineses, seja dolorosa; várias escolas menores com menos recursos podem vir a fechar.

Até mesmo as melhores universidades enfrentam desafios. A Universidade de Michigan, nos EUA, prevê ter uma perda induzida pela pandemia de até mil milhões de dólares até o final de 2020, enquanto a Universidade de Harvard projecta um défice nas receitas de 750 milhões de dólares para o próximo ano.

Mas será que o choque provocado pela covid-19 poderá, por fim, ajudar a proporcionar melhor educação a mais pessoas e a um custo menor? A resposta depende, em parte, de as universidades deixarem a tecnologia de lado à medida que a pandemia for diminuindo, ou então encontrarem melhores



*Será que a covid-19 finalmente vai desencadear a disrupção tecnológica há muito esperada no ensino superior? Em todo o mundo, repentinos bloqueios no meio do ano lectivo, destinados a combater a pandemia, forçaram as universidades a passar quase da noite para o dia para o ensino à distância. Mas, embora essa repentina transição tenha sido difícil para professores e alunos, algo de bom ainda pode surgir.*

formas de aproveitá-la. Este não é um desafio fácil, dada a importância das interacções entre professores, estudantes de pós-graduação e universitários, dentro e fora das salas de aula.

Quando completei a minha pós-graduação, há 40 anos, estava convencido de que o aprendizado por vídeo (a tecnologia da época) remodelaria o ensino universitário. Afinal, pensei, por que os estudantes de todo o mundo não poderiam ter acesso aos melhores palestrantes e a materiais, principalmente porque as palestras presenciais no ‘campus’ para 200 alunos ou mais oferecem um espectro extremamente limitado para a interacção pessoal?

Certamente, o ensino em sala de aula ainda teria um papel importante a desempenhar. Os professores ainda desenvolveriam os seus materiais didácticos e responderiam a perguntas. Não poderia prever palestras gravadas para atender turmas menores (embora os materiais gravados possam, é claro, funcionar também nesse cenário). Mas, embora seja emocionante assistir

pessoalmente a uma ótima aula, certamente uma boa palestra gravada é melhor do que uma palestra presencial medíocre.

Se avançarmos rapidamente quatro décadas, no entanto, o progresso tem sido limitado. Uma provável causa é a gestão da universidade: são os docentes quem administram essas instituições e poucos tendem a seguir um caminho que reduziria a procura pelos seus serviços. Sem dúvida, os professores também se preocupam com o facto de as aulas gravadas dificultarem a procura de emprego por parte dos estudantes de pós-graduação. E os estudantes de pós-graduação, com disposição e novas ideias, são os principais impulsores da pesquisa.

As mudanças demográficas há muito exercem pressão sobre as matrículas nas faculdades. Mesmo que alguns professores (como os de ciência da computação) ainda tenham uma grande procura, para muitos outros, o número decrescente de estudantes certamente amplia a resistência às novas tecnologias que economizariam o trabalho.

Mas talvez o maior obstáculo seja o alto custo da produção de palestras gravadas de alta qualidade que satisfaçam alunos tanto quanto as aulas presenciais. Produzir até uma única palestra para consumo em massa é uma proposta arriscada e demorada. E como as palestras gravadas são muito facilmente clonadas, fica difícil cobrar um preço alto o suficiente para cobrir esses custos. Uma infinidade de ‘startups’ de educação (incluindo muitas na área de Boston e arredores, onde moro) tenta resolver esses problemas, mas até agora não conseguiu causar impacto no sistema.

Portanto, parece razoável perguntar se o governo dos EUA deveria arcar com os custos de criação de materiais básicos para palestras pré-gravadas ou online em determinadas áreas. O mesmo poderia ser feito para cursos para adultos. Em particular, os materiais introdutórios dos cursos online em assuntos apolíticos, como matemática, ciências da computação, física e conta-

bilidade, deveriam ser os principais candidatos a financiamento federal.

Muitas outras disciplinas académicas, certamente incluindo a economia, também têm um grande potencial online. O candidato presidencial democrata dos EUA, Joe Biden, apoia agora tornar o ensino universitário grátis, o que anima alguns professores. Mas, em vez de expandir o sistema universitário existente nos EUA, o financiamento federal para a aprendizagem online não seria um caminho mais justo e eficiente, especialmente porque poderia ajudar adultos de todas as idades?

O ensino superior confere aos alunos uma variedade de competências e conhecimentos importantes para a vida, ajuda-os a levar uma vida mais rica e completa e, espera-se, transforma-os em melhores cidadãos. Mas está longe de ser óbvio que todos os diferentes aspectos do ensino superior, incluindo a aprendizagem dessas capacidades teóricas e o desenvolvimento social e intelectual, precisam ser agrupados da maneira que agora o são. Os alunos precisam estar juntos, mas não necessariamente o tempo todo.

Praticamente, todos concordam que ampliar o acesso ao ensino superior é uma das melhores maneiras de corrigir a desigualdade social e que isso pode ajudar a tornar a sociedade mais justa e produtiva. E também é essencial num mundo onde a tecnologia e a globalização (ou hoje, talvez a desglobalização) exijam maior sentido de adaptação e possivelmente reciclagem para atender às mudanças no mercado de trabalho.

É provável que a crise da covid-19 traga mais mudanças velozes e de longo alcance no campo económico que nos envolve. Mas não precisamos de ficar apavorados com essas mudanças se a pandemia também impulsionar uma transição para um ensino superior melhor e mais universal.

*Professor de Economia e Políticas Públicas, na Universidade de Harvard; ex-economista chefe do Fundo Monetário Internacional, entre 2001-2003*

# Opiniões

## E agora pergunto eu...



Geralda Embaló  
Directora-Geral  
Adjunta

Esta semana a cadeia televisiva Euronews fez uma peça intitulada 'Angola é modelo face à crise de covid-19' em que aplaude a actuação do governo.

Tirando o facto de que ainda é cedo para se cantar vitória quanto ao covid-19, porque sabemos ainda muito pouco sobre o vírus e porque

mesmo países que se declararam livres do vírus voltaram a tê-lo, já para não falar que os nossos números aumentaram exponencialmente com o aumento dos testes, o mais duvidoso da peça era, por um lado a afirmação de que alguns observadores apontam Angola como o país da África Sub-sariana mais seguro em termos de saúde, e por outro a afirmação de que Angola 'se posiciona para salvaguardar a economia e garantir a atratividade'. Afirmação particularmente bizarra porque até agora os empresários mal sabem que ajudas de facto o Estado vai poder de facto dar às empresas, enquanto noutros países o Estado subsidiou não só empresas mas o pagamento de salários para manter as estruturas vivas até ao reinício da actividade. Mas diz a Euronews que Angola se está a posicionar...

O ceptismo foi imediato. As perguntas dos internautas giram em torno do "quanto terá custado essa promoção?" Com alguns a perguntar "em que Angola é que vivem esses observadores que acham o nosso sistema de saúde assim tão bom?" Mas percebe-se o esforço de desatrelar o nome do país de todas as muitas conotações negativas, dando um destaque ao que se tem feito de positivo no combate ao Covid-19 desde início da pandemia e, com exemplos positivos como o da Fazenda Girassol que viu aumentar a sua clientela devido à capacidade de fazer entregas numa fase de estado de emergência e calamidade. Estas acções de promoção são necessárias para abrir o apetite de



investidores pelo que a Agência de Promoção de Investimentos está a fazer, e bem, o seu trabalho. Ainda que descreva uma Angola que poucos conhecem. Até porque temos um país a várias velocidades.

Na mesma semana que uma Euronews bate palmas ao combate à pandemia vemos amontoados perigosos de filas causadas pela diminuição da capacidade dos transportes instituída sem aprovisionamento de meios, e pessoas que não sabem como regressar a casa porque o sistema público de transportes é quase inexistente. Vemos ajuntamentos de camionistas desesperados para fazer um teste à saída da capital, e vemos anúncios de multas para todos os que não andarem com máscara que, com a polícia que temos, inevitavelmente se vão traduzir em 'mixa' extra, extraída aos pobres. Pergunto-me se o governo não conhece a polícia que tem? E melhor pergunta do que essa é outra que vi online: "porque é o valor das multas é superior aos 8 mil kwanzas atribuídos como bolsa a algumas famílias carentes?"

Temos um País a várias velocidades e o reconhecimento desta realidade é instrumental para a classe governativa fazer um trabalho minimamente decente.

O ignorar dessas velocidades distintas é que leva a que tenhamos governantes a dizer coisas como "não há fome em Angola". Coisas tão mais desesperantes porque quem não reconhece um problema não tem como sequer tentar resolvê-lo. E andamos assim, em negação (denial is not

just a river in Egypt), a perpetuar a distância entre as diferentes velocidades a que anda o país, e assim, a garantir que elas nunca se cruzam. Quem anda rápido anda cada vez mais rápido, quem ficou para trás fica cada vez mais para trás.

Esta semana correu um vídeo online em que crianças pequenas entravam em canoas frágeis, feitas à mão com as suas mochilas, e venturavam-se sozinhas no rio Kwanza, que para além de cobras e peixes enormes capazes de virar canoas facilmente, tem crocodilos. Tudo para irem para a escola. Nenhuma tinha aspecto de ter mais de 10 anos iam sozinhas e a pessoa que filmava perguntava-lhes os nomes, se tinham medo e dizia "isto é Angola". Tão diferente da descrita pela Euronews...

O governante vindo de uma casa topo de gama para um escritório topo de gama, num carro que também viaja à velocidade de topo de gama, é o mesmo que tem de responder pela Angola da velocidade da canoa daqueles meninos. Daí a dificuldade de, em face da velocidade do seu topo de gama, assumir a representação da velocidade da canoa. Mas é preciso que a assuma para a poder tentar resolver.

A mesma Angola do excelente trabalho no combate ao covid tem, por outro lado, quase 5 milhões de crianças e adolescentes fora do sistema de ensino, perto de 2 milhões com menos de 12 anos. Tem 60% das escolas sem água, 60% sem electricidade, muitas vezes sem paredes sequer. Instalações sanitárias são o básico quando há, bibliotecas e laboratórios são miragem. A mesma Angola que quer construir sedes para as suas instituições, metro de superfície, bairro dos ministérios, a mesma que gastou milhões no CAN e que deixou estragar ou falir a maioria das estruturas, a mesma que gasta milhões na manutenção do edifício da Assembleia Nacional. A mesma Angola que gasta menos de 7% do OGE com a educação, há décadas, e que gasta mais de o dobro com defesa e segurança.

E agora pergunto eu... que futuro é que é possível se continuamos com as prioridades invertidas? Se continuamos com um país a velocidades que contrastam de forma gritante, e em que a maioria (o futuro da Nação) fica bem lá atrás, a ir para a escola de canoa?

# TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



## SERVIÇO PERSONALIZADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO  
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa





# Jornal Valor Económico

Visite o site [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

Regista-te

**Sobre** [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

**Fotos** [Ver tudo](#)



Edição 216 Partilhas 83 Likes 711

**A edição 216 do Valor Económico mereceu comentários a diferentes temas de capa como a escassez de ovos em dezembro prevista pela presidente da Anavi, Maria José e a entrevista do economista Fernando Heitor. O tema mais discutido na página do Valor Económico voltou a ser protagonizado pela empresária Isabel dos Santos que revelou em exclusivo revelou que o Estado português nacionalizou a EFACEC quando a empresa estaria quase vendida. A página do facebook do Valor económico reuniu mais de 14 mil interações entre partilhas, emoções e comentários.**

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Graças e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

## Facebook/Comentários



**Pedro Alberto** Subcrevo o editorial. Finalmente a mentira tem pernas curtas. Balanço dos dois anos Negativo, um presidente que perdeu a oportunidade de marcar a história, o partido da situação ficou mais desnordeado e dividido e incapaz de pelo menos trazer o essencial para o povo tirando discursos desatualizados e fora do contexto actual, arrogância são as únicas que trazem num país que está arder.



**Luis Miguel** Bom técnico que já boa alegrou em tempos idos. Agora só se enrola nos dizeres. Em Angola ser camaleão é a coisa mais fácil de ser



**Osvaldo Diogo** MPLA pra mim só sai a ganhar na legalização do partido PRA-JÁ a Unita vai sair a perder com a legalização do PRA-JÁ isso aconteceu nas eleições passado com a CASA-CE desviou muito jovens que poderiam votar na Unita acabaram votar na CASA-CE então o MPLA tem que estudar bem esses factos e legalizar o mas rápido possível porque quanto mais tiverem 3 forças do mesmo nível para competirem nas eleições mais o MPLA sai a ganhar, é a minha opinião.



**Professo Filing** Nenhum português é digno de falar de roubo que acontece em Angola porque eles estão metidos nos roubos de Angola até ao pescoço. Não é à toa que inocentaram o Manuel Vicente em Portugal. Até ao Ano passado 70% do dinheiro de Portugal pertencia aos Angolanos.



**Tony Santos** Oportunistas sem escrúpulos.



**Hauzer Benchimol** Foi um corte à Sérgio Ramos kkkkk Adivinhem quem foi o treinador que deu essa tática? Kkkkk



**Jorge M Rosario** A EFACEC não fabrica Cuca nem Ngola para a malta ficar fixe na maratona.



**Ricardo Carvalho** Bem feita...ao menos não ficou com ela.



**Micha Sindiquila** Angola só sai a perder!



**José António Gonçalves Coelho** Processar Portugal...



**Divaldo Cruz** Bandidagem "tuga!"



**Jorge M Rosario** Divaldo Cruz Companheiro lá o dinheiro custa a ganhar, tem que se preservar... ou proteger. Não é tipo nós aqui. Manda lixar a gaja... que se lixem os empregos... antes de irem trabalhar lá já sabiam que a gaja era bandida.... etc... etc... etc...!!!



**Eugenio Silva** Divaldo Cruz. Isabel dos Santos, não gastou um euro seu para adquirir a EFACEC, já que utilizou bancos portugueses para realizar essa operação. Consulte online a CMVM (Comissão de Mercado de Valores Mobiliários). Está tudo lá.



**Divaldo Cruz** Eugenio Silva os créditos, são pagos ,com taxas de juro. Nem querem assumir os empréstimos bancários, pura bandidagem.



**Efigenio Bernardo** Mentira...por causa dos créditos da tal accionista na banca...situação de alto risco....ninguém queria comprar as acções..os candidatos desistiram.

# Covid-19



## PARA MITIGAR CRISE

### Milionários propõem taxas maiores para os mais ricos

Um grupo de 83 milionários propôs a aplicação “imediate” de uma taxa aos mais ricos do planeta de “forma permanente” para contribuições que possam ajudar a minimizar os efeitos da crise provocada pela pandemia da covid-19.

“Agora que a crise da covid-19 atingiu o mundo, os milionários como nós desempenham um papel essencial para curar o mundo”, afirmam numa carta aberta os signatários, entres os quais o co-fundador da cadeia de gelados norte-americana Ben&Jerry, Jerry Greenfield, e o realizador britânico Richard Curtis.

A carta é difundida antes da reunião dos ministros das Finanças do G20 e da cimeira extraordinária para o relançamento económico da União Europeia, esta semana. “Apelamos aos governos a aumentarem os impostos a pessoas como nós, de forma substancial e permanente”, declaram no documento. “Não somos nós que tratamos das doenças nas unidades de cuidados intensivos. Não somos nós que conduzimos as ambulâncias que transportam os doentes aos hospitais. Não somos nós que trabalhamos no abastecimento dos supermercados ou que entregamos comida de porta em porta”, escreve o grupo, que se denominou ‘Milionários pela Humanidade’. Até ao momento, os subscritores que constam da lista no portal do grupo são maioritariamente norte-americanos e britânicos.

## POR CAUSA DA SUSPENSÃO DAS AULAS

### Centros infantis alertam para falências e despedimentos

Os centros infantis já despediram mais de cinco mil funcionários e muitos vão fechar portas definitivamente, alertou uma representante do sector, reagindo à suspensão do pagamento de propinas até ao reinício das aulas presenciais.

O Governo suspendeu a cobrança e o pagamento de propinas em todas as instituições públicas e privadas de ensino, até à retoma das aulas presenciais, que não tem data prevista.

O decreto executivo conjunto dos ministérios da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação e da Educação indica ainda que as “prestações mensais das propinas pagas no período em que vigorou o estado de emergência devem ser

deduzidas nos demais meses previstos no calendário do ano lectivo e académico 2020 reajustado”.

Em declarações à Lusa, D’jandira Catela do Vale, da comissão executiva dos centros infantis da Anep (Associação Nacional do Ensino Particular), considerou que o decreto levanta problemas económicos, mas também sociais e educativos.

A representante da comissão executiva, que integra mais de 200 centros infantis particulares e comparticipados pelo Estado com todas as valências (creche e jardim de infância) de Luanda, Bié, Huíla, Zaire, Benguela e Cabinda, lembrou que as escolas estão fechadas desde 24 de Março, quando foi declarado o estado de emergência, mas continuaram o seu trabalho com as crianças.



## SEGUNDO ESTUDO

### Luandenses têm mais medo de ficar infectados do que ficar sem alimentos

O receio de ser contaminado pela covid-19 surge em primeiro lugar numa pesquisa realizada pela Marktest Angola sobre a pandemia feita à população de Luanda, ao que se segue o medo de faltar alimentos.

A pesquisa adianta que 46% dos luandenses manifestaram receio de serem contaminados pela covid-19; que 14% têm medo que falem alimentos, e 8% que o sistema nacional de saúde não assegure a resposta necessária à pandemia, a par de não sobreviver ao vírus.

Em contrapartida, 84% da população de Luanda sabe a quem se dirigir em caso de suspeita de ter contraído o vírus.

Relativamente à maior ou menor preocupação desde o início da pandemia no país, 73% dos luandenses manifestaram-se “muito mais ou mais preocupados” e, quanto às últimas medidas tomadas pelo Governo, 65% estão de acordo e 25% não concorda.

## DEVIDO À DIMINUIÇÃO DA PROCURA

### Emirates planeia despedir até 9 mil funcionários



A companhia aérea Emirates, dos Emirados Árabes Unidos (EAU), planeia eliminar até nove mil postos de trabalho devido à diminuição da procura gerada pela pandemia da covid-19. O presidente da companhia, Tim Clark, anunciou que já cortou um décimo do pessoal da companhia aérea, ou seja, seis mil, de um total de 54 mil trabalhadores, aos quais se aplicarão cortes. “Provavelmente, teremos de cortar mais alguns empregos, provavelmente até uns 15%”, disse em declarações à BBC.

Antes do início da pandemia, a companhia aérea contava com 60 mil funcionários e, em 31 de Maio, anunciou despedimentos, apesar de

não especificar quantos seriam.

Até ao momento, a Emirates era a única operadora a manter a sua equipa completa, enquanto as outras operadoras do Golfo Pérsico anunciavam planos de ajustamento.

A Etihad, com sede em Abu Dhabi, e a Qatar Airways, com sede em Doha, começaram a despedir depois de os países mais afectados pela pandemia fecharem os espaços aéreos, à medida que o novo coronavírus se propagava.

Segundo Tim Clark, a Emirates “não estava tão mal como as outras” companhias aéreas e “estava a caminho de conseguir fazer um dos seus melhores anos” antes da pandemia.

A OMS RECOMENDOU, na segunda-feira, 13, que as escolas só reabram quando a transmissão comunitária do novo coronavírus estiver controlada, admitindo desconhecimento sobre o papel das crianças na pandemia.



CRIADO POR INVESTIGADORES

# Algoritmo para identificar vírus ao som da tosse

Investigadores de vários países criaram um algoritmo que afirma poder identificar se uma pessoa tem covid-19 a partir do som da sua tosse.

Cientistas do México, Estados Unidos, Espanha e Itália, liderados por uma equipa do Massachusetts Institute of Technology (MIT, dos EUA), estão a elaborar uma base de dados com milhares de sons de tosse de pessoas de todas as idades, com e sem covid-19.

Esses sons serão analisados

através de um algoritmo e inteligência artificial para distinguir o som da tosse de alguém que não está infectado de quem tem covid-19, de acordo com a responsável do projecto no México, Bárbara Vizmanos.

Segundo explicações dos investigadores, a tosse e até o tom de voz de uma pessoa doente, assintomática ou que não está infectada têm diferenças, o que ajuda o sistema a identificar o seu estado em 15 segundos.

“Os participantes ‘doam’ a

sua tosse e os seus dados e essas tosses vão alimentar um sistema de inteligência artificial que, com reconhecimento de voz, identifica tosses de pessoas infectadas e de pessoas não infectadas, comparando-as a uma precisão de que o ouvido não é capaz”, indicou Bárbara Vizmanos.

O estudo começou há cerca de dois meses em hospitais de Espanha, Itália, Estados Unidos e México, país onde os investigadores consideram “fundamental” ter registos sonoros de tosse.

POR CAUSA DO AUMENTO DA PROCURA

## Covid-19 impulsiona fábrica de detergentes

Depois de Benguela e Luanda, a fábrica de detergentes Huilux, da Catumbela, começou recentemente a comercializar os seus produtos no Huambo e pretende distribuí-los em todo o país, devido à procura imposta pela covid-19.

Com uma produção actual de 300 mil litros/mês de lixívia, álcool gel, solução alcoólica, desinfectante bactericida para superfícies, detergentes de roupas, sabonetes, limpa vidros e outros produtos, a empresa pretende contribuir na prevenção da covid-19.

Segundo Horácio Cahuita, responsável do departamento comercial, Luanda absorve actualmente 80% da produção, vindo depois Benguela e agora o Huambo.

Cahuita declarou que a fábrica perspectiva um aumento da produção para fazer chegar os seus produtos a todas as províncias.

POR PESSOA

## Governo gasta 50 mil kwanzas por dia

O Governo gasta 50 mil kwanzas por dia com cada cidadão em quarentena, anunciou o coordenador da comissão multisectorial de prevenção e combate à covid-19, acrescentando que já cumpriram quarentena institucional cerca de 6.000.

Segundo Pedro Sebastião, metade destes cidadãos esteve na capital, Luanda, e o tempo médio de permanência foi de 10 a 20 dias.

Um custo elevado que rondará, só em Luanda, os 3.000 milhões de kwanzas sem contar com o que se gasta nas províncias, estimou. “Se juntarmos todo o material de biossegurança que foi adquirido poderão ver aquilo que representa o esforço do Governo para que o país esteja preparado”, reforçou o ministro de Estado, acrescentando que, nas suas várias rubricas, a comissão já gastou 43 mil milhões de kwanzas, nomeadamente na criação de centenas de camas e condições hospitalares nos centros de quarentena e de tratamento, hospitais de campanha, entre outros.



PELA PRIMEIRA VEZ

## Trump usa máscara em público

O presidente norte-americano, Donald Trump, usou, pela primeira vez em público, uma máscara de protecção. O inédito aconteceu na segunda-feira, 13.07, durante a visita a um hospital militar aonde se deslocou para manter contactos com militares infectados e com os que prestam cuidados de saúde ou cuidam de doentes de covid-19.

Quando deixou a Casa Branca, Trump declarou aos repórteres que, “quando se está num hospital, especialmente... Penso que é esperado que se use uma máscara”.

Trump não tinha usado máscara desde o início da pandemia nos Estados Unidos da América, que começou em Março e já infectou mais de 3,2 milhões de pessoas e matou pelo menos 134 mil no país.



# Entrevista

ANTÓNIO DIAS DOS SANTOS 'KIDÁ', ARTISTA PLÁSTICO

## “Empréstimos obrigam o artista encarecer as obras”

Tem propostas para ao Governo no sentido da promoção das artes plásticas e da valorização dos artistas, como, por exemplo, a decoração das instituições públicas com obras nacionais. 'Kidá' chama ainda à atenção para o facto de o país exportar obras que amanhã terão de retornar a preço de ouro.

Por César Silveira

**C**omo caracteriza a situação actual dos artistas plásticos, face à pandemia?

A situação é catastrófica. O contexto torna mais complicada a realização de exposições de artes plásticas, pois tinha de haver público em contacto com o artista, numa interacção até mesmo com carácter pedagógico. Os músicos vão fazendo 'lives' (directos), contudo, a natureza do trabalho de artes plásticas não tem tantas possibilidades nesse sentido. Para agravar a situação, as galerias de arte estão praticamente encerradas.

**Não falta criatividade para contornar as limitações impostas pela crise sanitária?**

Pessoalmente, sinto-me bastante apreensivo quanto a essa fase da pandemia, uma vez que estava prevista a realização de uma exposição minha, para assinalar os 40 Anos de Gravura Artística que se assinala exactamente este ano, mas, infelizmente, tudo está paralisado. Fiz inúmeros pedidos de apoio para o projecto, mas não obtive respostas.

**Foram criadas medidas de alívio ao impacto da covid-19. Os artistas foram achados?**

Se foram criadas ou não, desco-



Mário Mujetes © VE

*Os músicos vão fazendo 'lives' (directos), contudo, a natureza do trabalho de artes plásticas não tem tantas possibilidades nesse sentido.*

nheço. Creio que, caso os artistas plásticos fossem considerados, isto passaria, em primeiro lugar,

pela Unap, instituição que nos representa enquanto membros associados. Não estou a ver a darem apoios a título individual por cada artista, certamente não funcionaria. Todavia, que eu saiba, a Unap não foi beneficiada com qualquer apoio substancial, o que significa que os artistas plásticos, infelizmente, não foram tidos nem achados em termos do apoio tão necessário para a nossa própria sobrevivência.

**Face a este cenário, como se pode avaliar o estado actual das artes plásticas no país?**

Se tivermos em conta que o país não dispunha de quaisquer infra-estruturas ligadas ao desenvol-

vimento artístico, e considerando também que, durante muitos anos, trabalhámos sem condições materiais, técnicas e humanas, podemos dizer que demos um passo gigantesco com a inauguração, em 2015, do Complexo das Escolas de Arte 'Cearte', com quatro escolas multidisciplinares, Artes Visuais e Plásticas, Dança, Música e Teatro e Cinema, de nível médio, e que contam com infra-estruturas moderníssimas.

Com a abertura dessas escolas, foram criadas, para essa altura, condições técnicas adequadas de formação artística de excelência no país. Paralelamente, no mesmo período, foi também criado, pelo Ministério do Ensino

Superior, o Instituto Superior de Arte 'Isart', instituição que veio para consolidar a política de formação artística no país nesses níveis de ensino. Noutra perspectiva, noto com preocupação e nostalgia que, nos anos 80/90, os artistas plásticos já tiveram uma vida muito mais folgada em termos de venda de obras plásticas.

**Melhor que hoje?**

De uma maneira geral, quase todo o artista vendia. Muito ou pouco, mas vendia. Actualmente, o mercado está bastante limitado e asfixiado. Nas circunstâncias actuais, podemos encontrar um ou outro artista que vai (sobre) vivendo com a venda esporádica de obras de arte, mas, de uma maneira geral, o artista plástico angolano passa por inúmeras dificuldades, pois produz, mas o consumo das suas obras é bastante escasso!

**Falta de clientes?**

Não há clientes! E, por vezes, não é por falta de dinheiro por parte de certos clientes! O que acontece é que estes preferem investir em carros top de gama, por exemplo. E aqui tocamos na questão da educação estética e também de sensibilidade tão necessárias na nossa sociedade. E, então, o artista plástico não vende, não tem consumidores à altura. Vive praticamente de mendicância e não está correcto.

**Há soluções?**

Temos vindo a defender que as autoridades devem criar mecanismos de salvaguarda da classe, criando leis que contemplem, a título de exemplo, que todas as instituições e edifícios (existentes e por construir), sejam obrigatoriamente decorados com obras dos artistas plásticos nacionais. Falamos nisso, pois,

“ Se o país valorizasse devidamente os fazedores de artes, com um mercado sofisticado e favorável, os artistas plásticos viveriam do seu trabalho com uma vida confortável. ”

anteriormente, já tivemos experiências avulsas nesse sentido e resultaram. Os artistas vendiam e tinham certa dignidade.

**Disse que está com dificuldades de obter apoio para uma exposição. Como se explica isso, considerando o seu percurso artístico e cultural?**

Sim, de facto, está muito difícil de entender a falta de apoio das instituições às quais recorremos, no sentido de poderem abraçar o projecto dessa exposição retrospectiva que visa assinalar os 40 anos de percurso artístico, que julgamos ser bastante relevante e incisiva, particularmente para os estudantes de arte, historiadores, investigadores, curadores, enfim, para o público e sociedade em geral. É intenção apresentar obras de toda uma trajectória artística feitas ao longo de quatro décadas de intensa produção ao nível da gravura, revisitando o que de mais relevante foi produzido e dar a oportunidade de o público visitante as observar e contemplar.

**Disse que contactou várias empresas e instituições relevantes...**

O Manuel Sebastião e o Álvaro Macieira sempre estiveram ao meu lado a fazer tais diligências, mas tudo redundou num fracasso total. Desilusão absoluta. Contactámos cerca de uma vintena de instituições. Bancos, empresas de bebidas, telecomunicações, hotéis. Tudo negativo, mesmo com projecto devidamente apresentado e fundamentado. Incrível. É muito triste. Até ao próprio Ministério da Cultura pedi apoio, mas deram-me nada. Esqueceram-se de que já muito fiz e ainda faço em termos da cultura e artes do país, ao longo dos 40 anos consecutivos.

**É caro realizar uma exposição em Angola?**

Sim, é muito oneroso. No caso de uma exposição de gravura artística, pior ainda, pois tem particularidades que vão desde a aquisição de tintas gráficas ao papel com gramagem correspondente à compra de molduras com vidro para montar as obras previamente impressas. Depois, temos as despesas de produção de catálogo artístico, dos spots publicita-

rios, cartazes, dísticos, flyers, outdoors, convites, imprensa, a realização e a montagem da exposição, o pessoal técnico de apoio, enfim, são mesmo despesas avultadas e, sem apoios, torna-se muito difícil ter uma exposição de qualidade. Antes do agravamento da pandemia, já estávamos altamente engajados nessa tarefa. Refiro-me às pessoas que, voluntariamente, decidiram apoiar-me, como Manuel Sebastião, o Álvaro Macieira, o Miguel Mukanda, o Francisco Ventura, o António Gongga, o Virgílio Pinheiro, que têm dado o melhor de si, incentivando-me a realizar a exposição. Temos já também o Paulo Airoso, o designer gráfico encarregado de elaborar o layout do catálogo, cujo orçamento está ainda por definir, e o Instituto Camões, que deverá acolher essa histórica exposição retrospectiva de 40 anos de Gravura Artística (1980-2020). Na verdade, todo o tipo de apoio será sempre acolhido de bom grado.

**Não considera normal o insucesso na busca de patrocínio, visto que o país se encontra em crise desde 2014?**

Em certa medida, considero normal, dada a asfixia económica e financeira em que o país e as empresas se encontram. Por outro, também já nos habituámos a notar que, mesmo em tempos das ‘vacas gordas’, conseguir patrocínios nunca foi tarefa fácil, isso porque determinadas empresas e instituições são mais movidas por razões ‘selectivas’ de amiguismo e de compadrio do que por razões patrióticas, culturais e artísticas. É óbvio que, nas circunstâncias actuais, todos, ou quase todos, se vão escudar nesse pretexto. Contudo, a vida continua, bastando a resiliência que nos é característica. Há especificidades que cada empresa ou instituição pode optar para dar o seu contributo.

**Pelo visto, a Lei do Mecenato não está a cumprir o seu papel?**

A Lei do Mecenato, por vezes, dá-nos a impressão de ser um ‘nado morto’. Porque, se ela existe de facto, devia corresponder ao papel e expectativas pelos quais foi criada. Entendo que essa Lei, dentre outros pressupostos, foi criada com vista a



Mário Injates © JE

**PERFIL**

**António Feliciano Dias dos Santos (KIDÁ)**, nasceu na aldeia de Sassa-Cária/Dande, Província do Bengo, aos 25 de Setembro de 1961. Fez o ensino primário em Caxito. Em 1980, fez o Curso de Desenho e Gravura na UNAP, tornando-se membro efectivo da Associação! Em 1992, conclui o Curso Técnico de Operador Ceramista na Escola Profissional de Ofícios Artísticos (EPOA), em Vila Nova de Cerveira, Portugal. Em 1995, conclui, na mesma Escola, o Curso Técnico de Design Gráfico. Em 2011, faz Licenciatura em Sociologia, pelo ISCED/Luanda. Professor de Arte em Angola, desde 1996. Fez várias exposições artísticas dentro e fora do país. Fez logomarcas, com realce ao de Angola na Expo-Zaragoza, Espanha, em 2008. Ganhou vários Prémios de Arte, com destaque ao Prémio Nacional de Cultura e Artes (PNCA), na categoria de Artes Plásticas, 2018. Foi Director da Direcção Nacional de Formação Artística (DINFA), do Ministério da Cultura, de 2015 a 2017, altura que pediu a sua aposentação.

atender a necessidades de artistas, sendo os mecenas os patrocinadores e/ou apoiantes da vida cultural e artística do país, tendo eles, em contrapartida, apoios do Estado, assentes em incentivos fiscais e alfandegários. A questão é: essa Lei existe de facto? E caso exista, quem têm sido os beneficiários? Que tipos de apoio dão aos artistas? A quem justificam as suas acções e actividades? São inquietações que alguém deve responder.

**As artes têm potencial para serem engajadas na diversificação da economia?**

Claramente. Não sei porque ‘carga d’água’ o Ministério da Cultura ficou ‘geminado’ aos extintos Ministérios do Turismo e Ambiente, mas, já que assim está decidido, é hora de se encontrarem metodologias eficazes no sentido de se dar corpo às questões culturais e anexá-las, de maneira natural, ao turismo. Desse modo, criar-se-iam espaços culturais e artísticos ao chamado consumo de turismo feito e dirigido para consumo interno e externo, proporcionado com a vinda de turistas estrangeiros que trazem valores financeiros, divisas, para a economia. Nesse contexto, a cultura e as artes, uma vez bem valorizadas e geridas, por via dos produtos culturais, e também através de incentivos turísticos atractivos e competitivos, podem contribuir para a tão propalada ‘diversificação da economia’.

**O desinteresse por parte dos potenciais patrocinadores não será também um sinal de que a qualidade das obras ainda não é a desejada?**

Discordo totalmente dessa afirmação. Os artistas plásticos já provaram e têm demonstrado, no país e fora dele, que as suas obras têm a qualidade técnica e estética aceitáveis em qualquer mercado, galeria ou circuito internacional de arte do mundo. Não é por acaso que muitos artistas plásticos angolanos estão devidamente catalogados e representados em muitas galerias e em colecionadores de artes espalhados pelo mundo. Por falar nisso, chamo a devida atenção para o perigo que o país se arrisca a correr quando um dia entender construir um Museu de Arte Moderna.

**Que perigo?**

O que vai acontecer é que, estando as maiores e melhores obras da plasticidade angolana compradas e adquiridas por estrangeiros, para tê-las de volta, o Estado há-de pagá-las a preço de ouro. Porque as autoridades nunca tiveram, sequer, a preocupação de, por cada exposição realizada, ir adquirindo obras dos artistas plásticos nacionais, perdendo para os colecionadores, uns nacionais, mas maioritariamente estrangeiros, que reconhecem a elevada qualidade nas obras dos criadores angolanos.

**E a opção de financiamento em lugar dos patrocínios para a realização das exposições?**

Todas as possibilidades devem ser consideradas. Todavia, na eventualidade de haver instituições bancárias disponíveis, teriam de se avaliar as condições de reembolso, o prazo e taxas de juro que, muitas vezes, podem não compensar. E, com o empréstimo bancário, o artista plástico ver-se-ia obrigado a encarecer muito mais as obras e o mercado, como já é de conhecimento, não é atractivo por razões financeiras e por falta de sensibilidade.

**Ou seja, a solução passa mesmo pelo apoio?**

Se o país valorizasse devidamente os fazedores de artes, com um mercado sofisticado e favorável, os artistas plásticos viveriam do seu trabalho com uma vida confortável. Noutros países, os artistas são muito respeitados e são importantes no desenvolvimento das artes e da cultura, promovendo a economia e vivem com muita dignidade. Aqui, não é assim. Vai-se a um determinado gabinete ou escritório e notam-se as paredes totalmente despidas, sem qualquer obra de arte a decorá-las. Quando muito, encontramos réplicas de obras, muitas das quais mal conseguidas, adquiridas em lojas de quinquilharias quaisquer e que servem como elementos de decoração nesses espaços. E o artista plástico angolano tem dificuldades para vender. Daí a necessidade de haver uma determinada Lei que defenda a obrigatoriedade de os edifícios e instituições serem decorados com obras originais de artistas plásticos angolanos.

# Marcas & Estilos



## Leveza e adaptabilidade

Esta peça desenhada por Stefano Giovannoni é uma ideia romântica e uma forma de arte que dão vida à decoração emocional. Em forma de coração, é o material perfeito para garantir leveza e adaptabilidade.



## Companheiro perfeito

Esta carteira de capa de couro fino é a companheira perfeita. O bolso frontal da Harber permite armazenar cartões de crédito e notas dobradas. Feita com costura fina, o acessório vai dar-lhe um aspecto desportivo e elegante sem sacrificar a funcionalidade e usabilidade.



## AUTOMÓVEL

### O tamanho da evolução

O Porsche 911 Turbo S é equipado com um motor 3.8 boxer de seis cilindros e dois turbos. Dispõe de 650 cavalos, 70 a mais do que o modelo anterior. É a versão mais potente até agora desta geração. Apresenta números de desempenho impressionantes. Acelera de 0 a 100 km/h em 2,7 segundos, e até os 200 km/h em menos de nove segundos, sendo 0,2 segundos e um segundo mais veloz do que o modelo anterior, respectivamente. A velocidade máxima é de 330 km/h.

O primeiro Porsche 911 Turbo, dos anos 1970, tinha “apenas” 260 cavalos, chegava aos 100 km/h em cerca de seis segundos, e sequer alcançava 250 km/h de máxima. Os números, respeitáveis para a época, mostram o tamanho da evolução do modelo nesses quase 50 anos. Pode adquirir já o seu por módicos 250 mil dólares.

## AGENDA

### LUANDA

#### ENTRE JUNHO E JULHO

A galeria Talatona Art apresenta, online, a exposição 'A Arte não pode parar' com os artistas Alcides Malayka, Álvaro Macieira, Armando Scott, Fineza Teta, Francisco Vidal, Guilherme Mampuya, entre outros.

#### ATÉ 15 DE JULHO

Pré-venda exclusiva do livro 'Dezamores de Luanda', de Hélder Caculo. Reservas 923 934 957 (WhatsApp). Os exemplares estão a ser comercializados a 3.500 kwanzas.

#### DE 15 A 16 DE JULHO

Workshop Online Especial Angola entre as 09h30 e as 12h30. Para se inscrever, aceda ao site [www.key.pt/formacao](http://www.key.pt/formacao)

#### 19 DE JULHO

'Live no Kubico' com os músicos Socorro, Tunjila Tuajokota e Baló Januário, a partir das 14h30, na TPA.

#### 31 DE JULHO

Expo Cake Design Angola, no Centro de Centro de Convenções de Talatona, a partir das 17 horas.

## LIVROS



'A SOMBRA DO VENTO' é uma trágica história de amor cujo eco se projecta através do tempo. Com grande força narrativa, o autor entrelaça tramas e enigmas ao modo de bonecas russas num inesquecível relato sobre os segredos do coração e o feitiço dos livros.



'O VALOR DE TUDO' reacende um debate sobre o tipo de mundo em que realmente queremos viver. Mariana Mazzucato demonstra que se queremos introduzir reformas no capitalismo precisamos de perceber onde é produzida a riqueza.



## TURISMO

### Proibido não visitar

Em Sidney, a maior cidade da Austrália, encontra várias atrações. Aqui, o turismo vai além do edifício mais famoso, a Ópera de Sidney. É uma cidade bastante cosmopolita. Reúne o que tem de mais moderno e famoso, além de combinar arquitectura com a mais bela natureza.

É altamente procurada como destino de todos os tipos de viajantes, recebendo milhões de turistas por ano. É uma das mais ancestrais do mundo. É a maior, a mais antiga e a mais entusiasmante cidade da Austrália, e talvez do mundo. Criada há 200 anos, é capital de Nova Gales do Sul, e não da Austrália. A capital australiana é Canberra. A vida em Sidney gira em torno do seu Porto, que, com a Opera House, cercada de água por todos os lados, e a Ponte do Porto, formam um dos cenários mais fotografados e conhecidos do país.

GOVERNOS CONDICIONAM AJUDAS

# Subsídios à aviação presos a agenda verde

**EMISSÃO DE CARBONO.** À medida que a pandemia arrasa o sector da aviação e os governos são pressionados a intervir para prevenir o colapso e preparar e salvaguardar o pós-crise, vai emergindo a necessidade de proteger o ambiente do maior agressor em termos de emissões de carbono da última década.

Millhares de aviões no chão e empresas de aviação de bandeira, outrora sinónimo de estabilidade e progresso, como a Luftansa ou a British Airlines, a mendigar apoio público é o cenário impensável que os últimos meses de pandemia instalou por todo o mundo e as perdas financeiras são de pelo menos 50% do total de receitas. Os governos europeus já acordaram em injectar 12,7 mil milhões de euros estando

em discussão mais 17 mil milhões e nos EUA foram aprovados 25 mil milhões de USD de fundos públicos para salvar a indústria aeronáutica. No entanto, já que vão usar fundos públicos para se reerguer a compensação será o retorno à comunidade na forma de salvaguarda do ambiente. O ministro das finanças francês foi o mais objectivo ao propor que em troca de um 'bailout' de 7 mil milhões de euros, a Air France deve tornar-se a companhia de aviação mais verde do mundo o que implica a redução de 50% das emissões até 2030, redução de voos curtos (- de 2h30m) que competem

com transportes terrestres e aumento do uso de combustível reciclável até 2024. Os restantes líderes europeus também sinalizaram legislação que obrigue as companhias de aviação a cortarem emissões através da criação de taxas para voos curtos e de impostos ao combustível que actualmente são inexistentes para o sector da aviação.

Algumas organizações de protecção ao ambiente como a Friends ou the Earth ou o Greenpeace defendem que o sector não deve ter qualquer acesso a fundos públicos sem que a redução de emissões seja regulamentada com taxas para clien-

tes frequentes que a nível global só representam 3% da população mundial, mas que perfazem mais de 60% dos voos.

"Antes da crise do covid as emissões seguiam uma tendência prejudicial para o planeta, este é um momento que abalou a indústria e levantou questionamentos sobre taxas, emissões e voos frequentes. Esta é a oportunidade que os governos têm para repensarem como e o que devem incentivar no sector da aviação" explica Andrew Murphy da ONG Transport e Ambiente.

Antes da crise causada pelo covid-19 a indústria aeronáutica

já havia dado os primeiros passos para redução das suas emissões com o acordo de 192 países CORSIA (Carbon Offsetting and reduction programme) que teria data de início para 2021 com recurso a diferentes estratégias de redução da poluição que incluem o uso de combustíveis alternativos recicláveis, o recurso a aviões mais recentes e que usam menos combustível e simultaneamente poluem menos e a programas de compensação que preveem redução de voos e até investimentos em arborização em projectos físicos.



ALERTAM AMBIENTALISTAS

## Lémures em risco de extinção

A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) disse, recentemente, que quase todos os lémures de Madagáscar estão ameaçados e cerca de um terço está à beira da extinção, devido à desflorestação e à caça.

Numa actualização da 'lista vermelha' de espécies ameaçadas, a IUCN reforçou o alerta para os ris-

cos que enfrentam estes primatas, popularizados pelo filme de animação Madagáscar, da DreamWorks, considerando que estão cada vez mais em perigo.

A 'lista vermelha' divide as espécies ameaçadas nas categorias 'vulnerável', 'em perigo' e 'criticamente ameaçadas', envolvendo esta última as espécies mais próximas da extinção. Cerca de 33 espécies de lémures, que vivem apenas em Madagáscar, estão 'criticamente ameaçadas' e 98% dos animais são

considerados 'ameaçados'. A organização ambientalista sediada na Suíça adverte também para o risco iminente de extinção das baleias francas do Atlântico Norte, que são cada vez mais encontradas enredadas em redes de pesca, mas também depois de colisões com navios.

Craig Hilton-Taylor, responsável da IUCN, defende que este é um resultado das alterações climáticas, que estão a empurrar os padrões migratórios para as rotas de navegação a Norte. Referiu que menos de

250 baleias do Atlântico Norte estavam vivas em 2018, marcando uma queda de 15% desde 2011. Quase todas as 30 mortes ou ferimentos graves das baleias confirmados, entre 2012 e 2016, foram por emaranhamento em redes de pesca.

A 'lista vermelha' avalia a situação de cerca de 6.000 espécies que se encontram em maior perigo e aponta que das 120.000 espécies de plantas, animais e fungos avaliados, mais de um quarto estão ameaçados de extinção.

## NÚMEROS DA SEMANA

5

**Empresas locais** proibidas de explorar madeira durante a época florestal 2019/2020, em Cabinda.

500

**Milhões de kwanzas.** Multa aplicada ao armador do navio pesqueiro ucraniano pela pesca de mais de 800 toneladas de carapau, em tempo de veda.

12

**Bancos foram multados** pelo BNA no valor de 424 milhões de kwanzas, por incumprimento da concessão de crédito ao sector produtivo.

4.429

**Quantidade de supostas pedras** de diamantes que a polícia apreendeu a um francês, quando efectuava a compra numa residência na Lucapa, Lunda-Norte.

PROCESSO ATLANTIC VENTURES CONTRA ESTADO ANGOLANO

## Tribunal de Paris considera-se incompetente para decidir

O Tribunal Arbitral de Paris declarou-se incompetente para decidir sobre o processo aberto contra o Estado angolano pela Atlantic Ventures que contestava a revogação do decreto que autorizava a concessão do Porto do Dande à empresa ligada a Isabel dos Santos.

O corpo de jurado, presidido pelo alemão Jan Kleinheisterkamp, condenou ainda a Atlantic Ventures a pagar aos demandados cerca de 132.890,3 mil kwanzas “em compensação dos custos causados pela presente arbitragem”.

E avisou que “quaisquer outros pedidos ou reclamações são rejeitados”, deixando a Atlantic Ventures sem a possibilidade de recorrer a este mesmo tribunal. Assim, as possibilidades de recurso da empresa ficam restringidas a outros dois tribunais possíveis, o Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID), com sede em Washington, e o UNCITRAL, com sede em Viena. “Depois veremos se outro se venha pronunciar competente”, referiu fonte da Atlantic Ventures.

A deliberação foi tomada por unanimidade na passada sexta-feira, 10 de Julho. E, além do alemão Kleinheisterkamp, fizeram parte do corpo do jurado, como co-presidentes, os portugueses Vasco António Grandão Ramos e Lino Ortega, ambos com fortes ligações com Angola, sobretudo Grandão Ramos, que foi professor de grande parte dos juristas formados pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, que exercem ou exerceram funções de topo no aparelho de Estado, entre os quais o vice-Presidente da República, Bornito de Sousa.

Na acção intentada contra o Estado angolano, a Atlantic Ventures pedia que o Tribunal arbitral declarasse, de entre outros, a nulidade do Decreto Presidencial através do qual o novo chefe de Estado revogava, em 2018, o diploma que oficializava o acto de favorecimento, bem como o pagamento pelo Estado de uma indemnização no valor de 850 milhões de dólares.

A concessão do Porto do Dande e a constituição, em área contígua, de uma zona franca constavam de um decreto presidencial assinado no dia 20 de Setembro de 2017 pelo ex-Presidente da República.



## Preço de produtos e serviços subiram em Junho

De Maio a Junho deste ano, os preços de bens e serviços registaram aumentos substanciais, com variação de 1,74%, situando-se em 22,62%, um acréscimo de 5,68 pontos percentuais, face à observada em igual período do ano anterior.

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), divulgados na segunda-feira, 13.06, indicam que a classe de ‘alimentação e bebidas não alcoólicas’ com 2,28%, foi a que registou o maior aumento de preços, seguida das ‘bebidas alcoólicas e tabaco’ com 2,21%, ‘hotéis, cafés e restaurantes’ com 2,19% e ‘bens e serviços diversos’ com 1,85%.

O aumento do nível geral de preços, no mês de Junho, foi contri-

buído, em grande parte, pela classe de ‘alimentação e bebidas não alcoólicas’, com 1,09 pontos percentuais, seguida pelos ‘bens e serviços diversos’ com 0,14 pontos percentuais, ‘mobiliário, equipamento doméstico e manutenção’ e ‘vestuário e calçado’ com 0,10 pontos percentuais cada um. As restantes classes tiveram contribuições inferiores a 0,10 pontos percentuais.

As províncias que registaram maior aumento de preços foram Kuando-Kubango, com 2,58%; Huíla, com 2,37%, e Huambo e Bengo com 2,31% cada uma. Ao passo que a menor variação se registou no Cunene, com 1,40%; Lunda-Sul com 1,48%; Uíge com 1,53%, e Zaire com 1,74%. Luanda registou aumento de preços na ordem dos 1,7 pontos percentuais.

## AIPEX regista execução de 19,9% dos projectos

Duzentas e 86 propostas de investimento privado foram registadas, de Agosto de 2018 a Junho de 2020, pela Agência de Investimento Privado e Promoções das Exportações (Aipex) dos quais 57 já foram executados, correspondendo a 19,9% das intenções. Segundo o relatório estatístico da Aipex, referente a Junho, citado pela Angop, do total de propostas, destinadas a quase todas as províncias do país, 221 estão em vias de implementação, três por implementar e cinco desistiram.

O sector da indústria destacou-se com 124, seguindo-se o comércio (71), prestação de serviços (55), agri-

cultura (12) e construção civil (oito). Em relação aos valores, o destaque vai para a Indústria com projectos avaliados em mais de mil milhões de dólares, construção civil com 686 milhões, agricultura (199 milhões), comércio (139 milhões), saúde (131 milhões), prestação de serviços (99 milhões), pescas (82 milhões) e hotelaria e turismo (30 milhões). Os projectos em implementação (221) estão avaliados em mais de mil milhões de dólares, enquanto os projectos por implementar (três) em 10 milhões de dólares. Os cinco projectos que desistiram estavam orçados em 33 milhões de dólares